

MARIA POLIAKOVA

**REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DO CAPITALISMO E DA
FEDERAÇÃO NA RÚSSIA**

**Monografia apresentada como requisito
à conclusão do Curso de Ciências
Econômicas, Setor de Ciências Sociais,
Universidade Federal do Paraná.**

Orientador: Prof. Dr. Demian Castro

CURITIBA

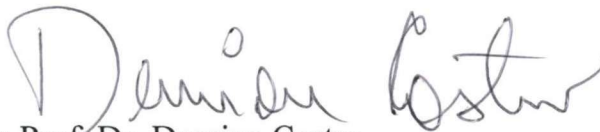
2006

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA POLIAKOVA

REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DO CAPITALISMO E DA FEDERAÇÃO
NA RÚSSIA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do título de bacharel no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, pela Comissão formada pelos professores:



Orientador: Prof. Dr. Demian Castro
Departamento de Economia



Prof. Dr. Igor Zanoni Constant Carneiro Leão
Departamento de Economia



Prof. Dr. Divonzir Lopes Beloto
Departamento de Economia

Curitiba, 27 de novembro de 2006

Dedico este trabalho aos meus pais, ao meu irmão, Evgenii, e a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para que eu o concluísse.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar é meu dever prazeroso agradecer ao Curso de Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Paraná, e a todos os professores pela contribuição na minha formação das mais diferentes maneiras.

Ao Prof. Dr. Demian Castro, meu orientador, pelas discussões, dedicação, paciência, incentivo e sempre sendo um ombro amigo, o que muito me ajudou a prosseguir e finalizar este trabalho.

Ao meu pai, Vladimir P. Poliakov, por compreender a minha ausência, por sempre se preocupar e me apoiar nesses últimos anos. Muito obrigada por estar ao meu lado! À minha mãe querida, Marina Poliakova, que atravessou o oceano para, nos últimos meses, me dar força, carinho e ajudar na tradução de algumas passagens. *Я вас очень люблю!*

Aos amigos, que sempre estiveram e estão ao meu lado, me escutando com muita paciência, me aconselhando e me ajudando sempre que eu grito: socorro! Ao meu amigo Marcelo, que me deu força, carinho e dedicação. Ao Juarez Seleme, my boss, mas antes de tudo meu amigo, o apoio, a amizade e a compreensão dele foram indispensáveis.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	v
LISTA DE SIGLAS	vi
RESUMO	vii
INTRODUÇÃO	1
1 ANTECEDENTES DAS MUDANÇAS OCORRIDAS NA DÉCADA DE 90 NA UNIÃO SOVIÉTICA	3
2 DESINTEGRAÇÃO DA URSS	18
2.1 TENTATIVAS DE REFORMAS ECONÔMICAS NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO NA UNIÃO SOVIÉTICA: A PERESTROIKA	18
2.2 AGRAVAMENTOS DOS CONFLITOS NACIONAIS E DA CRISE POLÍTICA DA URSS	25
3 A DIFÍCIL CAMINHADA RUMO AO CAPITALISMO: CRISE E REFORMAS DOS ANOS NOVENTA	30
3.1 A PRIMEIRA GERAÇÃO DE REFORMAS	33
3.2 A SEGUNDA GERAÇÃO DE REFORMAS	37
3.3 SITUAÇÃO SOCIAL, RENDIMENTOS E CONSUMO DA POPULAÇÃO ...	43
3.4 PROBLEMAS E PERSPECTIVAS DA ECONOMIA RUSSA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI	46
4 PROBLEMAS E DESAFIOS DO FEDERALISMO RUSSO	49
CONCLUSÃO	53
BIBLIOGRAFIA	55

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - NÍVEL DE INVESTIMENTO DAS <i>JOINT-VENTURES</i> NA URSS POR EMPRESA – DEZ 1988	21
TABELA 2 - VOLUME DE INVESTIMENTO DAS <i>JOINT-VENTURES</i> NA URSS, POR PRINCIPAIS PAÍSES DE ORIGEM DO SÓCIO ESTRANGEIRO – 1989	22
TABELA 3 - INDICADORES DA ECONOMIA RUSSA: PNB, RECEITAS E GASTOS ORÇAMENTÁRIOS – 1980/1990	24
TABELA 4 - EVOLUÇÃO DOS PREÇOS AO CONSUMIDOR NA RÚSSIA NO PERÍODO DAS REFORMAS – 1991/2005	42

LISTA DE SIGLAS

Comecon	- Conselho para Assistência Econômica Mútua
FR	- Federação Russa
NEP	- Nova Política Econômica
PCUS	- Partido Comunista da União Soviética
POSDR	- Partido Social-Democrata Russo
RSFSR	- República Socialista Federativa Soviética Russa
URSS	- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

RESUMO

Esta monografia aborda as mudanças ocorridas na Rússia em direção ao capitalismo. Mostra-se o difícil processo de construção de instituições políticas ligadas à implantação da democracia e, também, das instituições econômicas responsáveis pelo funcionamento dos mercados. O trabalho tenta resgatar aspectos da antiga URSS que, em alguma medida, responderam pelo seu desmanche, tais como: a extrema burocratização e a lentidão do progresso técnico. A monografia está dividida em quatro capítulos, no primeiro, faz-se uma síntese histórica da construção da URSS desde a revolução de 1917; no segundo capítulo, mostra-se o processo de desintegração da URSS; no terceiro capítulo, são abordadas a trajetória política e econômica da Federação Russa, a partir dos anos 90, e as reformas com o intuito de consolidar a economia de mercado e, finalmente, no quarto capítulo, apresentam-se algumas características e desafios do federalismo russo.

Palavras-chave: URSS, *Perestroika*, Federação Russa, reformas e federalismo.

INTRODUÇÃO

A Rússia, que representou uma alternativa ao modelo capitalista ocidental desde a Revolução de 1917, é uma das mais peculiares economias do mundo. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) foi fundada em dezembro de 1922, esta federação reunia inicialmente sete repúblicas: Rússia, Transcaucásia, Ucrânia, Bielorrússia, Uzbequistão, Turcomenistão e Tadjiquistão, e na década de 80 passou para quinze repúblicas. Após 75 anos de economia socialista, o país passou pela *Perestroika*, abertura econômica iniciada por Mikhail Sergueievitch Gorbachev (secretário geral, de 1985 a 1989, do Partido Comunista da União Soviética) diante do iminente colapso da União Soviética, dando origem à Federação Russa. Esse foi o primeiro passo para conduzir um país de dimensões continentais em direção ao capitalismo. Após ostentar por muitos anos o modelo socialista, de economia planificada e com base em empresas estatais, o país teve e está tendo imensas dificuldades políticas, econômicas e sociais para adentrar na lógica de livre mercado, que envolve muito mais do que a construção de um “genérico” mercado, mas de múltiplas instituições.

Em termos econômicos, a Rússia é a parte mais potente e diversificada da ex-União Soviética e atualmente possui cerca de 62% do potencial produtivo da URSS (de 1990). A partir do início das privatizações as mudanças foram visíveis em muitos ramos da economia. O governo alcançou êxitos consideráveis na política de estabilização da moeda depois de algumas tentativas fracassadas e conseguiu consolidar o caminho em direção a uma economia de mercado. Nos últimos anos surgiram inúmeros bancos comerciais, consórcios e associações, bem como empresas privadas de pequeno, médio e grande porte, além de *joint-ventures* e empresas multinacionais. Em compensação, a adaptação da economia às normas de mercado exigiu enormes esforços da administração do País e provocou uma queda na produção industrial (queda de 50% nos anos 90) e agrícola, gerando crise em

vários setores da vida da sociedade russa (na primeira metade da década de 90 vertiginosas quedas ocorreram de todos os seus indicadores sociais: expectativa de vida, natalidade, taxa de crescimento populacional, entre outros). (PERFIL ECONÔMICO, 2006)

Após o fim do socialismo e a dissolução da URSS não foram muitos os trabalhos realizados no Brasil analisando a situação atual da Rússia, às suas modificações econômicas e seus impactos sobre a sociedade e os indicadores econômicos, sendo assim este trabalho tem por objetivo suprir essa carência, analisando as características e conseqüências das mudanças e reformas que ocorreram nessa nação, principalmente, nos últimos dezesseis anos.

Esta monografia divide-se em quatro capítulos. No primeiro, iremos discutir o período que antecedeu a desintegração da URSS, desde a Revolução de 1917 até a era do secretário geral Brejnev, buscando focalizar, principalmente, os aspectos econômicos da difícil construção das forças produtivas socialistas e os aspectos políticos dessa era de mais de setenta anos. No segundo capítulo, analisaremos os fatores responsáveis pela desintegração da URSS, entre eles, os conflitos nacionais, a ineficácia da economia, baixo grau de processo técnico e a burocratização do Estado. Em decorrência desses problemas o capítulo mostra a tentativa, no final dos anos 80, de reformar a economia e o sistema político. No terceiro capítulo, será abordada a trajetória política e econômica da Federação russa a partir dos anos 90 e as reformas ou tentativas de reformas no sentido de consolidar a economia de mercado, combater a inflação e estabilizar o novo sistema político. No quarto capítulo apresentaremos as características básicas do federalismo russo e alguns dos seus principais problemas e desafios. Na conclusão tentaremos realizar uma síntese das principais questões levantadas na monografia.

1 ANTECEDENTES DAS MUDANÇAS OCORRIDAS NA DÉCADA DE 90 NA UNIÃO SOVIÉTICA

Em *O Fim da URSS: origens e fracasso da Perestroika*, Jacob GORENDER (1992, p. 10-12) afirma que, para compreender as causas históricas da Perestroika, assim como o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o surgimento da Federação Russa, precisam ser retomados os acontecimentos ocorridos no antigo império czarista, mais exatamente a partir da Revolução Russa – designação que se dá ao processo que, em dois momentos no mesmo ano de 1917, derrubou o governo imperial até então vigente e instalou o comunismo no poder. O primeiro momento ocorreu com a revolução de fevereiro¹, que promoveu a queda do czarismo e a instalação de um governo de burguesia, democrático e liberal; o segundo, com a revolução de outubro, chefiado pelo partido Bolchevique² (posteriormente conhecido como Partido Comunista). Dado o esgotamento político do governo provisório de Kerenskii³, que recusou a retirada da Rússia da Primeira Guerra Mundial e a reforma agrária, tão reclamada pelos camponeses, a tomada de poder pelos soviets (conselho de

¹ Segundo o calendário gregoriano, usado na maioria dos países, inclusive no Brasil, as revoluções de fevereiro e outubro ocorreram respectivamente em março e novembro de 1917, mas tornaram-se datas históricas segundo o calendário juliano, que vigorou na Rússia até fevereiro de 1918. (REVOLUÇÃO RUSSA, 2006)

² Linha de pensamento político e partido político que surgiu em 1903 em consequência das divergências no Partido Social-Democrata Russo (POSDR). Durante as eleições para os órgãos centrais os adeptos ao Lênin receberam a maioria dos votos, daqui surgiu a palavra bolchevique (da palavra maioria), os seus adversários passaram a ser menchiviche (que significa a minoria). A principal diferença entre os ambos é que os menchiviques consideravam que a burguesia é a principal força motriz das revoluções, mesmo sendo na época do imperialismo, e os camponeses era a classe reacionária - sendo contra a idéia central dos bolchevique, que negavam a possibilidade de transformação da revolução burguesa democrática em uma revolução socialista e afirmavam que os trabalhadores somente chegariam ao poder pela luta revolucionária. (Dicionário Soviético de Economia, 1989)

³ Kerenskii, Aleksandr Fiedorovich (1881-1970), político russo e advogado; foi líder de uma das bancadas da quarta Duma Estatal, ministro da justiça (março a maio de 1917), ministro do exército e marinha (maio a setembro do mesmo ano) e assumiu o cargo de chefe geral no dia 30 de agosto (12 de setembro pelo calendário gregoriano). Após a revolução de outubro de 1917 foi o organizador da primeira revolta anti-soviética. (Dicionário Soviético de Economia, 1989)

operários, camponeses e soldados) foi relativamente pacífica. Todavia, forças oponentes à revolução (militares, nobres, elementos da burguesia - industriais, banqueiros, comerciantes), após sete meses, iniciaram uma guerra civil impiedosa. O exército branco (contra-revolucionários), apoiado por tropas intervencionistas de catorze países, sustentou a luta com ataques atrozes até 1921, encerrando-se com a vitória definitiva do Exército Vermelho, comandado por Trotski⁴.

Segundo o autor acima citado, Marx e Engels afirmaram, em *A ideologia alemã*, que a revolução socialista deveria ser um movimento internacional e abranger um conjunto de países capitalistas desenvolvidos. Caso fosse instalada em um país atrasado e na miséria, o socialismo levaria a uma penúria generalizada e iniciar-se-iam lutas pelas necessidades básicas, conduzindo ao retorno da “imundice anterior”. O capitalismo, que teve seu ingresso na Rússia czarista a partir da segunda metade do século XIX, possibilitou a formação da indústria moderna, financiada em parte pelo capital anglo-francês. Apesar da Rússia, no início do século XX, ainda ser um país agrícola (90% da população ainda se localizavam nas áreas rurais), Marx e Engels, levando em consideração a formação do proletariado industrial (representados até então por quatro milhões de trabalhadores) e a crescente luta democrática contra o czarismo, chegaram a citar que uma possível revolução russa poderia ser o ponto de partida das revoluções socialistas nos países adiantados da Europa Ocidental, principalmente na Alemanha, na França e na Inglaterra. Estando no poder, o proletariado do Ocidente forneceria ajuda material para a construção do socialismo na Rússia atrasada. Essa esperança parecia guiar e alentar os bolcheviques, liderados por

⁴ Bronshtein, Lev Davydovich (1879-1940), a partir de 1897 participou no movimento social-democrata, foi membro do partido comunista (1917-1927), ministro do exterior (1917-1918), um dos organizadores do Exército Vermelho e da defesa do país nos anos da guerra civil (1918-1921). Em 1926 foi deportado da URSS devido à acusação em participar das atividades anti-soviéticas. (Dicionário Soviético de Economia, 1989)

Lênin⁵.

Após o fim da guerra civil, a herança que ficou foi a de uma população marcada pelos embates entre vermelhos e os contra-revolucionários, em um país atrasado e arruinado pela economia de guerra. Constatou-se que a produção industrial se situava 13% abaixo do pico de 1913, antes da Primeira Guerra Mundial, nas cidades e no campo havia desemprego e fome massivos. O poder soviético se encontrava isolado, tentativas revolucionárias no Ocidente Europeu fracassaram, a Rússia contava somente recursos próprios para empreender o projeto de construção do socialismo. No período da guerra civil (de 1918 a 1921), foi estabelecido pelos bolcheviques um regime de controle rigoroso da produção e da distribuição, chamado de *comunismo de guerra* - o que poderia ser entendido como sendo um recurso transitório justificado pela conjuntura da situação. Como o GORENDER (1992, p. 12) se referiu: “Todas as empresas industriais e comerciais já eram de propriedade Estatal e os camponeses estavam obrigados a fornecer ao governo todo o excedente comercializável de sua produção...” e, até mesmo, parte necessária à sobrevivência. Essa situação levou os camponeses a restringir o plantio e a sonegar estoques de gêneros alimentícios, que passaram a ser comercializados no câmbio negro, inviabilizando esse método de confisco de produção nessa etapa histórica. Aboliu-se o comércio e a distribuição de bens aos consumidores se realizava mediante um sistema de racionamento universal. O rublo, moeda russa, deixou praticamente de existir. A população adquiria os gêneros alimentícios através de um talão de racionamento.

Segundo Wilson CANO (2000, p. 203), diante das enormes dificuldades políticas, do atraso econômico do país (predominantemente camponês) e dos problemas decorrentes da implantação do comunismo de guerra, Lênin optou em

⁵ Ulyanov, Vladimir Ilyich (1870-1924), liderou a Revolução Russa de 1917, organizou o primeiro governo revolucionário e implantou as principais medidas destinadas a colocar a Rússia no caminho do socialismo. Enfrentou quatro anos de terrível guerra civil, cujas conseqüências foram muita fome e milhões de mortos. Introduziu a Nova Política Econômica (NEP). Após apenas sete anos no poder morreu, em 1924. (A FORMAÇÃO DO ESTADO SOVIÉTICO, 2006)

“recuar temporariamente”. Procurou inserir uma política econômica para estimular o desenvolvimento de um capitalismo de estado que, posteriormente, tivesse capacidade proporcionar condições necessárias para a transição ao socialismo. Em 1921, teve o fim o comunismo de guerra e iniciou-se a Nova Política Econômica, conhecida pela sigla russa NEP. Entre as modificações inseridas na economia soviética a mais relevante foi a permissão temporária do capital privado externo e interno para investimento produtivo ou arrendamento de empresas preexistentes na indústria e no comércio, no entanto permanecia com o Estado a propriedade das grandes empresas industriais, dos meios de comunicação e transporte, dos bancos e o monopólio do comércio exterior. O comércio passou a ter um tratamento especial via pagamento de comissões de comercialização e formação de relações comerciais entre o governo e as cooperativas privadas. Os camponeses passaram a comercializar seus produtos e iniciaram o pagamento de impostos em espécie (mais tarde sendo em dinheiro). Os camponeses abastados (kulaks) ganharam, em 1925, o direito de arrendar as terras e de contratar trabalhadores assalariados. O racionamento foi abolido em 1926, quando a produção agrícola e a indústria alcançaram o nível máximo de 1913. O autor KORENEV (1990, p. 25) afirmou que: “O período da NEP foi um período dinâmico, não isento de contradições, de desenvolvimento da economia, um período de notável aumento do nível de vida dos trabalhadores. O país pôs em circulação tchervonets – moeda estável e convertível. Começou a ser fomentado o setor cooperativo e o mercado de bens de consumo.”

Em seguida à morte do Lênin, em 1924, acirrou-se a discussão em torno da NEP e, após alguns anos, chegou ao fim em 1929. Para podermos entender os motivos do fim da NEP, é necessário esclarecer a trajetória da política soviética nesse período.

KORENEV (1990) e GORENDER (1992) apontam que o partido bolchevique, após o término da aliança, não muito duradoura, com os social-revolucionários, passou a exercer o poder absoluto, reprimindo os demais partidos (não só partidos burgueses pró-capitalistas, mas também partidos socialistas de vários

matizes: mencheviques, anarquistas, social-revolucionários, entre outros) até à sua completa proibição de existência legal, em 1921. A liberdade de discussão, inclusive pública, tradição até então mantida dentro do partido bolchevique, não resistiu às condições de exercício do poder pelo partido único e foi perdendo seu caráter democrático. Num regime de poder operário estabilizado, o partido bolchevique, baseado no princípio do *centralismo democrático*, possuía uma estrutura organizativa fortemente concentrada, tendo o pequeno núcleo dirigente superior amplas prerrogativas. Com a ascensão do Stalin⁶ à secretaria geral, a partir de 1922, a opinião do centro dirigente foi fortemente promovida, o mesmo utilizou-se do cargo para construir um aparelho partidário obediente às suas ordens. No mesmo momento, acelerou-se o processo de fusão do partido com o Estado. Ao invés de decrescer (extinção paulatina do Estado), conforme previam Marx e Engels, o Estado assumiu o controle de toda a economia, com o planejamento realizado “por cima”. Ocorreu a subordinação de todas as esferas da vida social ao Estado, impondo rigorosa censura em todos os setores culturais (à imprensa, cinemas, teatros, editoras e artes em geral). Stalin justificou essa expansão do poder estatal como sendo medida necessária para o controle da luta de classes, que segundo ele, não se atenuavam e sim se aguçavam. Seu grande argumento era que esse rigor político e a perda das liberdades eram condições para a consolidação do socialismo no espaço nacional socialista. No livro do GORENDER (1992, p. 13), o autor destacou que: “Os soviets, que deveriam ser órgãos autônomos do poder, se tornaram meros executantes das ordens emanadas das direções do partido bolchevique (...). Esta evolução política facilitou a vitória final da facção stalinista nos debates dos anos 20 sobre os rumos da revolução socialista na União Soviética.” Nos debates entravam discussões a respeito da burocratização do partido comunista e do Estado soviético, da possibilidade de construção do socialismo

⁶ Djugashvili, Iósif Vissarionavich (1879/1953), membro do partido comunista desde 1898, foi secretário geral do Comitê Central do Partido Comunista a partir de 1922, sendo chefe do Estado até 1953. (Dicionário Soviético de Economia, 1989)

somente em um país, questões em torno da introdução do princípio do planejamento na economia, o ritmo da industrialização, a coletivização, o caráter e a duração do NEP.

De acordo com o GORENDER (1992), nesse período, de guerra civil e do *comunismo de guerra*, na visão do Trotski, deveriam ser seguidas, para realizar a construção do socialismo, concepções de militarização do trabalho (trabalho obrigatório sem liberdade de escolha) e da economia em geral. Bukharin⁷ seguia a mesma linha de pensamento, em uma das suas obras registrou que o trabalho obrigatório e os fuzilamentos são métodos para a criação de uma nova humanidade e somente chegando à fase superior do comunismo é que a coerção poderia ser dispensada. Lênin concordava com esta formulação, no entanto foi contra as concepções militares, defendia a autonomia dos sindicatos em face do Estado e das empresas, mesmo no regime socialista. Afirmava que os operários precisavam de órgãos autônomos para defender seus interesses diante das deformações burocráticas do próprio Estado operário. Ao mesmo tempo, não devemos esquecer que Lênin percebeu a importância da disciplina do processo de trabalho em relação à produção industrial e que chegou a recomendar o uso e difusão dos métodos de controle tayloristas amplamente usados nos processos produtivos capitalistas. Em 1923, Trotski, diante da evolução percebida ainda por poucos, publicou um artigo em que atacou a burocratização do partido e do Estado e defendeu a ampla democracia do poder soviético, embora sem ultrapassar a concepção do regime do partido único. O artigo promoveu o início da Oposição da Esquerda, que lutava contra a burocratização e pela democracia socialista, afirmavam, também, da impossibilidade da construção do socialismo em um único país. Argumentavam que o capitalismo havia internacionalizado as forças produtivas e constituído um sistema mundial. Nenhum país civilizado poderia progredir no isolamento, excluído da divisão internacional do

⁷ Bukharin, Nicolai Ivanovich (1888-1938), membro do Partido Comunista desde 1906, participou da Revolução de 1905-1907 e da Revolução de 1917. (Dicionário Soviético de Economia, 1989)

trabalho e da produção. Stalin e Bukharin, aliados, defendiam a tese contrária de que a União Soviética possuía as condições necessárias à construção completa do socialismo sem apoio de outros Estados socialistas. Porém, Bukharin, que defendia o prosseguimento da NEP, sendo mais prudente acerca da construção do socialismo, afirmava que a mesma só poderia ocorrer enquanto se mantiver a aliança operário-camponesa e se desenvolver a formação de cooperativas, e mesmo assim o resultado seria um “socialismo atrasado” devido ao lento desenvolvimento econômico.

Em 1929, a aliança entre Stalin e Bukharin teve seu fim, a NEP foi encerrada por Stálin em dezembro do mesmo ano. Tiveram início os dois processos que modelariam o desenvolvimento econômico e político da União Soviética nos decênios seguintes. Stalin instituiu o primeiro Plano Quinquenal, com os objetivos voltados para a industrialização acelerada, priorizando a indústria pesada (as metas eram elevar a produção de aço, a extração de carvão e petróleo e a construção de grandes fábricas metal-mecânicas), e a coletivização total da agricultura. O rublo⁸ passou a ser inconvertível. Segundo KORENEV (1990, p. 21) a idéia era:

(...) “superar” o caminho tradicional da industrialização que duraria longas décadas (da indústria simples que fabricava essencialmente bens de consumo e baseada na produção agrária – através da acumulação gradual de capital – aos setores mais complexos e “pesados”). Decidiu-se começar pelo fim, ou seja, o fomento dos setores de produção de bens de consumo, incluindo o agrícola, foi adiado para mais tarde. Deste modo, pensava-se “percorrer” em poucos anos uma distância que os países desenvolvidos tinham levado muito mais tempo.

Ao contrário do princípio fundamental da NEP, baseado na cooperação voluntária, a coletivização da agricultura, implantada entre 1930 e 1935, ocorreu contra a vontade dos camponeses. Stalin procedeu à eliminação física da camada dos camponeses abastados, usou a violência contra a massa de camponeses médios (sendo a maioria dos camponeses), com o fim de agrupar os 25 milhões de explorações camponesas em grandes fazendas coletivas. A agricultura foi submetida, pelo Estado, a

⁸ Unidade Monetária da URSS.

um controle centralizado e rígido tanto quanto o da indústria. *Sovcozes* (fazendas estatais) e *colcozes* (propriedades pertencentes a cooperativas) passaram a produzir por encomenda dos órgãos planejadores. Os trabalhadores agrícolas recebiam um pagamento mínimo pelo trabalho coletivo, o que possibilitou financiar a industrialização acelerada, a qual era crucial para integrar e fortalecer o território e passava pela constituição de setores e ramos pesados, tais como, insumos básicos e infra-estrutura. (GORENDER, 1992)

A União Soviética, pela primeira vez na história mundial, pôs em prática o planejamento estruturado como sistema de comando administrativo centralizado, incapaz de construir uma via socialista para a democracia (observa-se que, nestes anos, a democracia de massa também não era um patrimônio dos países capitalistas). Como no *stalinismo* não existia a possibilidade de discussão de falhas ou erros, os erros dos órgãos planejadores - sempre atribuídos à sabotagem criminosa - demoravam a serem corrigidos, muitas vezes não chegava a ocorrer a correção, a generalização deste comportamento “acomodado” levou a uma cultura tácita de falsificação estatística e de confirmação do status quo. Apesar dos erros grosseiros e de muitos desperdícios, pela inexperiência inicial, o planejamento permitiu à União Soviética realizar a industrialização em um ritmo notavelmente acelerado e, o que não é desprezível, gerar uma elevação generalizada nos padrões de bem estar da população. (GORENDER, 1992)

Stálin, através do vasto e ramificado aparelho policial, fortaleceu seu poder pessoal e passou a controlar o partido único. Como o Estado obedecia às diretivas do partido (oficializado como partido dirigente da sociedade pela Constituição de 1936) Stálin passou a ter o controle de todo o aparelho governamental. A polícia se superpôs à sociedade e ganhou completa independência com relação aos órgãos judiciais. Passou a ser comum a repressão terrorista, que vitimou, assim como, os antigos opositores, também adeptos ao próprio Stálin; aniquilou quase toda a velha guarda bolchevique, cerca de meio milhão de militantes comunistas foram fuzilados pelos

pelotões ou morreram nos campos de concentração. A tortura de presos políticos foi pessoalmente ordenada, em documento oficial, por Stálin; figuras políticas de renome partidário foram exterminadas. (GORENDER, 1992)

O stalinismo à medida que concretizou um regime político de partido único, asfixiando as prerrogativas democráticas dos indivíduos, suprimindo a autonomia dos sindicatos e das organizações da sociedade civil, “agigantando” o Estado – deixando a camada burocrática na situação privilegiada - construiu uma degeneração patológica do socialismo. O centralismo extinguiu toda a democracia, GORENDER (1992, p. 23) citou: “(...) e se cumpriu o que Rosa Luxemburgo prenunciou: a ditadura do proletariado se converteu em ditadura do partido, finalizando na autocracia ilimitada de um único chefe. O próprio Stálin.”

Não pode ser dito que as mudanças ocorridas na URSS ocorreram somente com a ascensão do Stálin ao poder, pois não podem ser esquecidos os conturbados fatos que marcaram a segunda metade da década de 20. A crescente desorganização econômica internacional, o aumento da volatilidade do capital financeiro internacional, ascensão do fascismo e o aumento das tensões externas da URSS, principalmente com Alemanha, Itália e Inglaterra. De acordo com Wilson CANO (2000, p. 204): “A constante ameaça externa, a fragilidade da estrutura produtiva interna e o fato de que a URSS continuava a ser o único país socialista do mundo, deslocou o eixo central da política econômica para a tentativa de consolidação do socialismo, via implantação da indústria pesada, a qual pudesse, ser também convertida para a produção bélica.”

Segundo W. CANO (2000, p. 204), os bens de produção que representavam um terço da produção industrial, em 1928, passaram a ser pouco mais de 60%, ao iniciar a Segunda Guerra Mundial, sendo que o complexo industrial-militar empregou 15 milhões de assalariados. No mesmo período, a taxa de investimento triplicou, de 7% para 21%. Com a crescente transformação e acumulação a URSS obteve uma das maiores taxas de crescimento do PIB: entre os três primeiros planos quinquenais a média anual estava entre 12 e 16% e os dados de longo prazo (entre 1913 e 1950)

mostraram um aumento acumulado de 150% enquanto o dos Estados Unidos alcançou 80%. Essa industrialização acelerada foi financiada, na etapa da “acumulação primitiva de capital” pelo setor agrícola e sua população rural, de onde foi extraído o excedente para a acumulação inicial até 1927, via tributação e, depois, via coletivização compulsória da terra. Essa fase da industrialização forçada revelou um processo violento de acumulação primitiva. Os trabalhadores agrícolas recebiam um pagamento ínfimo pelo trabalho coletivo e sobreviviam à custa dos pequenos lotes de cultivo individual que lhes concediam. Os opositores afirmam que, coletivização teve graves conseqüências, não só pelos penosos sacrifícios impostos, mas também por gerar perda de eficiência produtiva da agricultura socialista, neste particular, é importante lembrar que, as dificuldades da via socialista para a agricultura, em muitos aspectos, eram equivalentes aos problemas e custos sociais gerados pelo desenvolvimento agrícola no capitalismo.

A notável expansão geopolítica do socialismo que se estendeu ao Leste e Centro europeu e à Ásia (China e Coréia) resultou, ao longo dos anos, em violentas reações dos EUA e seus aliados, surgindo assim o fenômeno chamado de Guerra Fria, um estado de embate permanente entre o socialismo (“comunismo” na ótica capitalista) e o capitalismo sob a hegemonia americana, desenvolvido com base na expansão militarista e de medidas políticas e, principalmente, econômicas (sanções e política de exclusão do cenário econômico internacional) que levaram à segmentação do mundo de acordo a um conceito bipolar: um mundo socialista e um mundo “comunista”. W. CANO (2000, p. 205) descreveu da seguinte maneira um dos modos como este “embate” ou guerra fria afetou o desenvolvimento industrial e agrícola na URSS nesse período, neste caso, sobre dimensionando plantas num cálculo influenciado pela capacidade de produção dos setores e ramos capitalistas. Quanto à descentralização, hoje, podemos afirmar que, em territórios continentais, é inevitável para assegurar mínima viabilidade dos grandes investimentos em infra-estrutura:

A permanente tensão militar obrigou ao planejamento e à prática de formas peculiares de implantação industrial e de infra-estrutura. Esta, além de dar suporte à economia, tinha

também de dar conta da ameaça externa (principalmente aérea e terrestre), com o que a URSS foi obrigada a promover enorme descentralização desses investimentos e a implantar sistemas pouco ou nada compatíveis com os similares ocidentais. A indústria, por sua vez, obedeceu a diretrizes socialistas e de defesa, sendo igualmente descentralizados, regionalmente especializada e de plantas com escalas dez vezes maiores que as similares capitalistas. Com a agricultura também ocorreu semelhante: grandes escalas e produção regional especializada.

A sociedade soviética representou a primeira fratura do sistema capitalista mundial, pois sendo a quinta economia do mundo se retirou do sistema capitalista e vedou seu território às aplicações do capital financeiro internacional. Assim como a primeira em pôr em prática o princípio do planejamento centralizado da economia, o que permitiu à URSS realizar a acelerada formação da indústria pesada. Após a morte do Stálin, em 1953, e algumas marchas e contramarchas políticas, com a ascensão do Nikita Sergeevich Kruchev (1954-1964) ocorreram algumas reformas (ou intentos) econômicas e políticas internas, não abalando os fundamentos do sistema industrial: planificação centralizada, fixação dos preços e o controle do mercado. O sistema econômico-social erigido sob a direção de Stálin e a psicologia que sancionou esse sistema manteve-se inalterado até a *Perestroika*. (GORENDER, 1992)

O aparelho de planejamento e comando da economia era formado por algo em torno de 18 milhões de pessoas, ao final, este conjunto de funcionários foi incapaz de frear ou reagir criativamente à clamante perda de eficiência e ao avanço da corrupção. Devido ao crescimento econômico e à medida que as relações intersetoriais, inter empresas, entre fornecedores e usuários, se tornavam mais complexas, a eficiência econômica decaía cada vez mais, principalmente no “período de estagnação” de Brejnev. A planificação ultra centralizada e o funcionamento da economia sob comando administrativo incentivaram o “inchaço” dos órgãos do Estado, reforçando a camada privilegiada da sociedade soviética, mas, confirmando que o socialismo consistia numa etapa marcada pela dependência e centralidade do Estado. O aparelho burocrático era formado, primeiro, pelo *Gosplan* (sigla russa do Comitê de Planejamento Estatal da URSS), sendo responsável pelos planos quinquenais e anuais para o país e os ministérios econômicos (em torno de 100 deles)

com jurisdição pan-soviética. No segundo patamar se encontravam os ministérios econômicos (no total 800) das quinze repúblicas federadas. Por último podem ser citados os departamentos, nas 100 empresas e suas filiais, exclusivamente encarregados do relacionamento com os órgãos superiores de planejamento e comando administrativo. (GORENDER, 1992, p. 34)

Uma das tendências à inércia e à introdução lenta de inovações técnicas é a aversão das direções burocráticas às modificações na estrutura; uma vez que inovações implicariam em reciclagens e remanejamento dos funcionários, redução de número de empregados ou desqualificações de cargos e profissões. A tendência à inércia tecnológica reforçou o estilo de crescimento extensivo da economia. Para gerar o aumento da produtividade construíam-se novas unidades fabris, com tecnologia existente, ao invés da renovação do equipamento das fábricas já em funcionamento. Com aumento da economia ocorria a necessidade cada vez maior dos recursos naturais, os quais, apesar de terem sido abundantes, estavam se tornando escassos, conseqüentemente, seu preço estava aumentando. Os investimentos em obras extraordinárias eram cada vez mais freqüentes, no entanto construções inacabadas se multiplicavam. Os “projetos do século”⁹ traziam, além de prejuízos financeiros irreparáveis, mudanças ecológicas malélicas, afetando a saúde da população local. Dois fenômenos importantes, contraditórios, podem ser citados como conseqüência destas políticas desordenadas: a queda da eficiência global (ou agregada) da economia e, de um outro lado, o aumento da renda global em salários, sem o corresponde aumento dos meios de consumo. Levando, conseqüentemente, a uma inflação oculta, manifestada em filas e no câmbio negro. (GORENDER, 1992)

Uma das conseqüências do tipo de planejamento hiper centralizado praticado

⁹ A construção da estrada de ferro Baikal-Amur é um exemplo. Segundo KORENEV (1990, p. 9): “Nele foram envolvidos imensos recursos naturais de 1,5 milhão de km², de superfície (...). Ou então recordamos a outra ‘obra do século’ – o impressionante projeto de alteração dos rios setentrionais para o sul onde falta água. Só depois de uma luta renhida que envolveu quase toda a sociedade é que se conseguiu recentemente suspender as obras.”

na União Soviética era o desinteresse econômico pela qualidade do produto. Modelos antiquados, mantidos inalterados, eram compulsoriamente aceitos e, no entanto, rejeitados pela população, enquanto isso nos países capitalistas, com o avanço da revolução científico-tecnológica, eram introduzidos novos modelos de bens de consumo e de produção, os mercados pareciam não ter fim. As fábricas atrasadas, que continuavam a produção destes produtos indesejáveis, sobreviviam a partir dos subsídios financeiros que cobriam os déficits resultantes dos custos excessivos, dos desperdícios e do encalhe dos produtos. Outro fator desgastante era a necessidade das fábricas possuírem setor exclusivo à recauchutagem das máquinas e dos equipamentos¹⁰. (GORENDER, 1992)

De acordo com KORENEV (1990) e GORENDER (1992), à medida que a economia crescia e se complexificava, a alocação dos meios de produção por via do comando administrativo criou e intensificou a incerteza de que os usuários recebessem a tempo os equipamentos e matérias procedentes das fábricas fornecedoras. Como prevenção contra o atraso de entregas e conjunturas de escassez, surgiu o costume de formação de estoques superdimensionados (mais recursos eram requeridos dos planejadores do que efetivamente era necessário). Esse hábito além de alimentar o tráfico de influência entre empresas e ministérios, causou um aumento considerável no custo de produção e a escassez artificial de muitos bens. Enquanto isso devido à competição internacional com os Estados Unidos e à necessidade de manter o *status* de superpotência a atenção foi voltada praticamente tão somente nos setores referentes à Astronáutica e à produção de material bélico, dotando-os de melhores tecnologias e dos especialistas mais qualificados, dificultando a alocação do pessoal para outras áreas.

Uma importante conquista social, em relação ao capitalismo, foi alcançada

¹⁰ Segundo GORENDER (1992, p. 39), “Por motivo de rotina e desleixo das empresas fornecedoras, com frequência é preciso corrigir os defeitos das máquinas e dos equipamentos, adequá-los às especificações requeridas e negligenciadas pelos fornecedores e até mesmo produzir peças sobressalentes.”

na União Soviética, o desemprego foi completamente abolido, mas para isso, em certa medida, uma parte dos trabalhadores foi empregada como força reserva dentro das fábricas. Ficando na ociosidade na maior parte do tempo, intervinham somente no processo produtivo em fases de pico ou em tarefas especiais. Ao superestoque de materiais e equipamentos se juntava a estocagem de trabalhadores, gerando um ônus adicional para o custo de produção e provocando a escassez artificial de força de trabalho. Exasperando a contradição entre pleno emprego e progresso técnico.

Em conseqüência da fixação arbitrária do sistema de preços, o mesmo sofria gravíssimas distorções. Durante mais de quarenta anos, os preços do pão, do leite e da carne estavam congelados. Ao invés de garantir aumentos de salários adequados, em conseqüência do aumento dos preços devido à inflação na União Soviética, ministérios preferiam manter os salários inalterados assim como os preços.

Durante o governo Brejnev, o padrão de vida dos trabalhadores entrou em declínio. Como a regra era: alocar recursos residuais, da alocação de recursos para fins prioritários (indústria pesada e material bélico, principalmente), para as necessidades da população, os serviços públicos pioraram: ocorreu a deterioração das instituições de saúde, dos transportes urbanos, da construção de habitações, incluindo a rede comercial (oficinas de reparos, restaurantes, instituições de lazer e de higiene pessoal). As demandas destes serviços passaram a ser satisfeitas a partir da economia subterrânea ou segunda economia, praticada por indivíduos ou famílias. Mesmo que ilegal, era tolerada pelas autoridades. (KORENEV, 1990)

Para KORENEV (1990) e GORENDER (1992), durante os períodos de governo de Kruchev e Brejnev, a censura não se atenuou, mas se evitaram as penalidades extremas de prisão e condenação à morte. A ausência de liberdades democráticas, muito mal disfarçada por eleições bastante manipuladas, fortaleceu a mentalidade do apoliticismo, do desinteresse de participação no processo de decisões políticas. A discrepância entre a propaganda oficial e a realidade incentivou ainda mais esta atitude negativa de cinismo, da bajulação e do carreirismo inescrupuloso. A

inibição às atividades criativas autônomas, a atrofia de instituições dedicadas ao lazer e o obscurecimento das perspectivas ideológicas se traduziam na elevação dos índices de alcoolismo, da delinquência juvenil, de proliferação das mais variadas formas de violência.

2 DESINTEGRAÇÃO DA URSS

2.1 TENTATIVAS DE REFORMAS ECONÔMICAS NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO NA UNIÃO SOVIÉTICA: A PERESTROIKA

Durante 70 anos, na URSS foi criada uma economia militar gigantesca a qual se revelou tão frágil como potente. A possibilidade de perda para o adversário real e potencial (os Estados Unidos) em qualquer elo decisivo, levava a que a acumulação de armamentos se justificava independentemente de quaisquer considerações sobre a população ou a economia. As mudanças (*Perestroika*) de todo o sistema socioeconômico do país foram inevitáveis, enquanto reação à evidente decadência da construção socialista. A questão era saber como o gigante bloco socialista comandado pela potência militar reagiria a esses sinais evidentes de crise.

O complexo industrial formado para a fabricação de armamentos da URSS foi um grande fardo para economia nacional. Além disso, a economia soviética subsidiava o funcionamento do Conselho para Assistência Econômica Mútua (Comecon foi formado em 1949, orientado pelos princípios da planificação econômica e criado pela URSS para ajudar na reconstrução do Bloco Socialista) e o bloco econômico dos países socialistas e sua organização militar – aliança militar foi formada através do “Pacto de Varsóvia” (em 1955).

Devido ao baixo nível do bem-estar da sociedade soviética, a URSS conseguiu alcançar a paridade em armamento atômico com os EUA, porém cedeu consideravelmente com relação à potencialidade econômica. Todos os sacrifícios do povo soviético para proteger o regime totalitário vigente na época, pelo Partido Comunista, eram inúteis. Conseqüentemente eram necessariamente fundamentais mudanças nas relações políticas, sociais e econômicas. Entretanto, o sistema administrativo e governamental da União Soviética não possuía embasamento teórico para a reformação, nem recursos humanos para sua realização e, como foi revelado

depois, não havia recursos suficientes para minimizar os problemas sociais inevitáveis neste período de mudanças. Isto sempre levanta o enigma do porque os regimes não conseguem se auto reformar e, assim, perpetuar-se ao longo da história.

A busca de novos caminhos para realizar a passagem para as novas relações econômicas, que começou na segunda metade dos anos 80, foi ligada com a política de M. S. Gorbachev, eleito em março de 1985, como novo secretário geral do Comitê Central do Partido.

Em 1987, o novo Chefe do Conselho dos Ministros da URSS, Nicolai Ryjkov promulgou o projeto de reformas da administração planejada e centralizada da economia nacional. Essa reforma foi planejada para ser finalizada após o ano de 1990, a qual, contudo, não focava nem tentava alterar as relações entre o governo centralizado e as unidades econômicas industriais, apontando seus limites e a ausência de uma visão estratégica, adequada aos novos tempos. (KOVNIR, 2005)

As medidas econômicas ocorridas em 1985 a 1987 e os seus reais resultados mostraram ao primeiro-ministro G orbachev e aos que o apoiavam na direção da URSS que era necessário antes de qualquer coisa um novo método na realização das reformas da economia, a fim de quebrar o mecanismo inerte já existente da economia de planejamento.

Entre meados dos anos 80 e os anos 90, foram iniciadas reformas políticas e econômicas que mudaram radicalmente a situação social e política no país. Entre estas reformas, que deram início à renovação da sociedade e a sua reorganização econômica, estão: a realização de eleições extraordinárias (alternativas) para alcançar consensos; a anulação do artigo 6 da Constituição da URSS, que garantia o papel principal do Partido Comunista na sociedade e no governo; a liberdade real da palavra, imprensa, reuniões, das uniões políticas e associações públicas. (KOVNIR, 2005)

Na parte econômica, os primeiros passos das reformas radicais consistiram na adoção das primeiras leis que deveriam articular princípios de uma economia capitalista com o sistema vigente da economia de planejamento, por exemplo, as

empresas *joint-ventures*, as cooperativas, as empresas estatais, o arrendamento, o sistema de desenvolvimento dos bancos particulares e as negociações de ações na bolsa de valores. (KOVNIR, 2005)

De acordo com Lenina POMERANZ (1989, p. 67), a abertura para o exterior, particularmente para o mundo capitalista ocorreu a partir de janeiro de 1987, com uma legislação específica que flexibilizou as relações econômicas com o exterior e regulamentou a criação de empresas mistas, *joint-ventures*, com capital estrangeiro no país. Como no início eram bastante restritivas, as normas contempladas nessa legislação foram ajustadas pelo novo decreto do Conselho de Ministros, em 12 de dezembro de 1988, com o fim de eliminar os problemas e obstáculos¹¹ que se apresentaram à implantação desses empreendimentos. Até 29 de dezembro 1988, segundo as informações extraídas da relação de registros de empresas mistas no Ministério das Finanças da URSS, publicadas no semanário *Ekonomitcheskaia Gazeta*, existiam 188 empresas registradas na URSS. Pelos dados contidos na tabela 1 pode verificar-se que a grande maioria dos investimentos apresentavam um volume de investimentos inferior a dois milhões de rublos, essa prudência inicial pode ser explicada devido ao desconhecimento por parte dos investidores estrangeiros do mercado e das condições de funcionamento de suas empresas na União Soviética. Ao ser examinada a tabela 2 pode concluir-se que os grandes investimentos foram realizados predominantemente pelos principais países capitalistas, dos 29 países de origem do capital estrangeiro, somente seis eram do bloco socialista (cinco do Leste

¹¹ Um dos obstáculos de natureza operacional, impedindo melhores resultados na atração do capital estrangeiro, era a exigência de participação majoritária soviética no capital da empresa e a direção da empresa deveria ser confiada aos sócios soviéticos. Ambas as exigências foram eliminadas pelo referido decreto do Conselho de Ministros, no qual foram acrescentados novos incentivos, POMERANZ (1989, p. 70) no seu texto cita alguns como: "...entre outros, acordos para redução eventual de tarifas alfandegárias para insumos e equipamentos utilizados por essas empresas, possibilidades de redução do imposto sobre remessa de lucros, dilatação do período de isenção dos impostos sobre o lucro e concessão de autorização para os funcionários estrangeiros pagarem os seus dispêndios correntes (aluguel, por exemplo) em rublos; o que evade a remeça regular de divisas para o pagamento dos seus salários."

européu e um da Coréia do Norte). O maior número de projetos por área geográfica é observado na Finlândia (22), na Alemanha Federal (22), na Itália (13), nos EUA (9), na Grã-Bretanha (8) e na Áustria (8). A distribuição se fez praticamente em todos os ramos da produção industrial e pode ser destacado no setor de prestação de serviços, particularmente no de treinamento de pessoal, *marketing*, assistência à informação e atendimento turístico.

TABELA 1 – NÍVEL DE INVESTIMENTO DAS *JOINT-VENTURES* NA URSS POR EMPRESA – DEZ 1988

Milhões de rublos ⁽¹⁾	Número de empreendimentos ⁽²⁾	% s/o Total
Até 2	87	63,5
Entre 2 e 5	15	10,9
Entre 5 e 10	15	10,9
Entre 10 e 20	12	8,9
Mais de 20	8	5,8
Total	137	100,0

FONTE: Ekonomitcheskaia Gazeta, nº 44 a 46 de 1988. 2 a 4 e 6 a 9 de 1989.

NOTAS: Tabela extraída de: POMERANZ, L. O investimento estrangeiro na URSS. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 69, jul/set. 1989.

(1) Taxas oficiais de câmbio (conforme Ekonomitcheskaia Gazeta nº 2 de 1989):

- 1 rublo = 0,4045 francos suíços
- 0,6059 US\$
- 0,1003 francos franceses
- 0,3425 marcos alemães

Considerou-se o rublo convertível equivalente ao rublo corrente.

(2) Compreende as empresas registradas até 29/12/1988. Não foram tabuladas 51 empresas, cuja relação foi publicada nos nºs. 48 a 51 do jornal, não disponíveis no Brasil.

TABELA 2 – VOLUME DE INVESTIMENTOS DAS *JOINT-VENTURES*⁽¹⁾ NA URSS, POR PRINCIPAIS PAÍSES DE ORIGEM DO SÓCIO ESTRANGEIRO – 1989

Países	Milhões de Rublos	% s/o Total
Finlândia	37,89	2,37
R.F. Alemanha	117,51	7,36
Itália	116,49	7,30
Canadá	45,40	2,85
França	26,46	1,66
	994,65	65,38
Sub-total	1.338,40	83,92
Total (137 empresas tabuladas)	1.594,47	100,00

FONTE: Ekonomitsheskaia Gazeta, n° 44 a 46 de 1988. 2 a 4 e 6 a 9 de 1989.

NOTAS: Tabela extraída de: POMERANZ, L. O investimento estrangeiro na URSS. **Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 69, jul/set. 1989.

(1) Inclui capital soviético e estrangeiro.

Um importante efeito expansivo aconteceu a partir da Lei sobre as Cooperativas adotada em 1987. No fim deste ano, no país, foram fundadas 13,9 mil cooperativas, depois de um ano passaram a ser 77,5 mil e no fim do ano de 1990 eram 245,5 mil. Formadas inicialmente somente como sendo organizações de apoio à estrutura de produção, da distribuição dos produtos para consumo e reciclagem de matérias-primas, as cooperativas penetraram em praticamente todas as esferas industriais e passaram a suprir de serviços a população, setor, diga-se de passagem, altamente deficiente na URSS: restaurantes e lanchonetes, oficinas de consertos, cabeleleiros, entre outros. Em 1990 o volume do produto realizado das cooperativas foi de 67,3 bilhões de rublos (6,7 % do volume total do PNB). (ECONOMIA NACIONAL DA URSS, 1990, p. 55)

Porém, em termos gerais, o comportamento inseguro e contraditório do governo e a resistência da oposição, levaram, no fim dos anos 80, a uma profunda crise da economia soviética, rígida e burocratizada para reagir aos novos desafios. A situação catastrófica da economia nacional foi condicionada pelos seguintes fatores:

- dificuldade de arbitrar os problemas de propriedade originados num sistema de ampla participação estatal e baixa participação privada;

- a estrutura industrial deformada pela militarização extensa e profunda;
- a degradação da motivação social para o trabalho¹² e a extrema dependência da oferta estatal de políticas sociais.

Nessas condições, foi gerado e cresceu rapidamente o déficit orçamentário estatal, o que pode ser observado na tabela 3 a seguir. Entre 1980 e 1985, saiu-se de um superávit de 8,1 bilhões de rublos para um déficit de 13,9 bilhões, nos anos seguintes aumentou continuamente até atingir a marca de 80,7 bilhões em 1989, tendo declinado para 41,4 bilhões no ano seguinte. Como resultado, a dívida pública interna cresceu, durante os anos de 1981 a 1985, atingindo a marca de 37,5 bilhões de rublos, e, durante os 5 anos seguintes, a marca de 400 bilhões de rublos. (TRANSIÇÃO AO MERCADO, 1990, p. 17) Levando em conta, também, a dívida pública externa, o Estado esteve no limiar da falência. O ano de 1989 foi o último ano que apresentou crescimento econômico. Em 1990 ocorreu queda do produto nacional bruto, da receita pública, da produtividade do trabalho social, da produção industrial e agrícola em conjunto.

¹² “ O controle da produtividade dos trabalhadores se afrouxou, agravando-se à medida que os próprios trabalhadores se sentiam alienados dos meios de produção e se comportavam como funcionários rotineiros. A produção da agropecuária diminuiu o ritmo de crescimento e entrou pelo funil da estagnação. Esta se refletiu negativamente nas indústrias de processamento das matérias-primas agropecuárias. A tudo isso se juntava o desperdício de mais de um quarto da produção agrícola, em consequência das falhas nos transportes, armazenagem e distribuição comercial.” (CANO, 1992, p. 37)

TABELA 3 – INDICADORES⁽¹⁾ DA ECONOMIA RUSSA: PNB, RECEITAS E GASTOS ORÇAMENTÁRIOS – 1980/1990

INDICADORES	ANOS						
	1980	1985	1986	1987	1988	1989	1990
PNB	619,0	777,0	799,0	825,0	875,0	943,0	1.000,0
Receita orçamentária	302,7	372,6	371,6	378,4	378,9	401,9	471,8
Gastos orçamentários	294,6	386,5	417,1	430,9	459,5	482,6	513,2
Saldo (superávit/déficit)	8,1	-13,9	-45,5	-52,5	-80,6	-80,7	-41,4
Em relação à receita orçamentária (%)	2,7	-3,7	-12,2	-13,8	-21,3	-20,1	-8,8
Em relação ao PNB (%)	1,3	1,8	5,7	6,3	9,2	8,6	4,1

FONTE: Narodnoe Khozyistvo, 1987, p. 587 - 588, Narodnoe Khozyistvo, 1990, p. 15-17

NOTA: (1) Indicadores estão em bilhões de rublos.

Em paralelo a estes problemas ligados à recessão, devemos apontar os decorrentes da dificuldade de implantar os mecanismos responsáveis pela formação dos preços, trazendo, em consequência inflação, crescimento desmedido da especulação financeira e, logicamente, esmagamento do poder de compra da população.

As dificuldades de constituir as instituições do capitalismo e a falta de visibilidade dos processos políticos abriram espaço para a atuação das máfias econômicas, mesclando ladrões profissionais e antigos funcionários da burocracia estatal, com perigosas ligações nos setores de maior rendimento econômico (por exemplo, petróleo).

Estes problemas responderam pelo descontrole dos preços e a presença da obstinada inflação.

Em consequência da falta de formação de preço de mercado e da ausência do mecanismo para atingir o equilíbrio de mercado, o crescimento mal controlado do mercado financeiro, alentado pela retórica capitalista, levou à destruição ou esmagamento do mercado consumidor.

A escassez dos rendimentos legais gerou fenômeno específico da vida soviética tal como uma grande camada de ladrões profissionais que vivem de acordo com leis próprias. Durante a aceleração do processo de desintegração do sistema socialista, esta camada criminoso começou a se agrupar com mafiosos da economia (da indústria e os funcionários do Estado) e a lutar pelo gerenciamento dos setores da economia de maior rendimento.

O governo da URSS encabeçado pelo primeiro ministro Pavlov V.S., tentando superar o avanço da crise, em janeiro de 1991, realizou uma reforma monetária (a troca das notas de valor de 50 e 100 rublos pelas outras com novo desenho) e livrou do controle estatal os preços de atacado, da nomenclatura larga de produtos: em 40% - os produtos da indústria ligeira, em 50% - os equipamentos e as instalações, em 25% - a matéria-prima. Depois em abril de 1991, numa média de 70% aconteceu a liberação de alguns preços do varejo. No total, 55% dos preços de varejo continuaram sendo fixos, 15% - regularizados (colocando limites) e 30% - livres. (IASIN, 2002, p.194)

2.2 AGRAVAMENTO DOS CONFLITOS NACIONAIS E DA CRISE POLÍTICA DA URSS

No meio dos anos 80 a URSS era formada por 15 repúblicas (República Socialista Federativa Soviética da Rússia, Ucrânia, Bielorrússia, Moldova, Uzbequistão, Cazaquistão, Quirguízia, Turcomenistão, Tadjiquistão, Geórgia, Azerbaidjão, Armênia, Estônia, Letônia e Lituânia). No território se localizavam 270 milhões de pessoas, de diferentes etnias e nacionalidades. Na opinião do Partido Comunista da União Soviética (do Comitê Central do PCUS) na URSS a questão nacional tinha sido resolvida, pois as repúblicas passaram efetivamente ter o mesmo nível de desenvolvimento político, socioeconômico e cultural. Entretanto, a política nacional inconseqüente levou às inúmeras contradições nas inter-relações nacionais.

Com o estabelecimento da *Glasnost*¹³ esses conflitos passaram ficar em evidência. A crise econômica que abraçou todas as unidades econômicas (indústria, agricultura e serviços públicos) aprofundou as tensões entre as repúblicas. A incapacidade do governo estatal em resolver as dificuldades econômicas provocava o crescimento da insatisfação nas repúblicas, que se agravava também devido aos problemas da poluição do meio ambiente. Uma situação ecológica caótica surgiu, por exemplo, com o acidente da estação atômica em Chernobyl, na Ucrânia. Como antes, a insatisfação nas regiões surgia devido à insuficiência de atenção dos órgãos centrais para as necessidades das repúblicas e à direção ditatorial dos centros para a resolução dos assuntos locais. (ORLOV, et. al. 2003)

O governo não estava pronto para resolver os assuntos relacionados às questões problemáticas provocadas pelos conflitos nacionais e étnicos, os seus agravamentos aumentaram os movimentos separatistas das repúblicas. No fim dos anos 80, os movimentos rumo à saída das repúblicas da URSS se fortaleceram, principalmente, em Moldova, Azerbaidjão e na região báltica: Lituânia, Letônia, Estônia. Mais tarde, essas repúblicas declararam a sua soberania e ocorreram as eleições presidenciais.

Em 12 de Junho de 1990, o primeiro Congresso dos Deputados Nacionais da República Socialista Federativa Soviética Russa (sigla russa - RSFSR) aprovou a Declaração da soberania russa; foi fixada a prioridade legislativa das leis da Rússia sobre às da URSS. Boris Nicoláievitch Yeltsin (1991-1999) se tornou o primeiro presidente da Federação Russa (FR), sendo o vice-presidente Alexandre Rutskoi (1992-1993). (ORLOV, et. al. 2003)

A declaração da soberania das repúblicas soviéticas colocou em questão, no centro da vida política, a futura existência da URSS. Mas o 4º Congresso dos

¹³ Da língua russa o significado é transparência. Essa palavra foi vulgarizada após a ascensão política de Mikhail Gorbachev, na União Soviética tendo o significado política de “abertura política”. Com esse conceito, Gorbachev queria expressar uma nova relação entre o poder e a sociedade. Segundo ele, a censura deveria ser abolida, para que os problemas pudessem ser discutidos abertamente pela população.

Deputados Nacionais da União Soviética, em dezembro de 1990, pronunciou a manutenção da URSS e à sua transformação em estado democrático federal. O congresso tomou a resolução “Sobre a concepção geral do acordo da União e o regulamento da sua conclusão”. No documento estabelecia-se que a base para a inovação da URSS seriam os princípios relatados nas Declarações das Repúblicas: a igualdade dos direitos de todos os cidadãos e as nações, o direito da autodeterminação e da evolução democrática e a integridade da unidade territorial. Em conformidade com a resolução do Congresso foi realizado o referendo para decidir a questão em relação à preservação da URSS reformada como a Federação das Repúblicas soberanas. A favor da preservação da URSS votaram 76,4% do total das pessoas votantes. (ORLOV, et. al. 2003)

Em abril e maio de 1991, em Novo-Ogarevo (no interior de Moscou onde se situava a residência do presidente da URSS) foram realizadas as conversações entre Gorbachev e os Chefes das nove Repúblicas da União Soviética sobre a questão do novo Tratado da URSS. Todos os participantes da conversação apoiaram a idéia da formação da URSS renovada e a assinatura deste Tratado. O seu projeto previa a formação da União dos Estados Soberanos como federação democrática igualitária das repúblicas soviéticas soberanas. Estavam sendo previstas as transformações na estrutura dos órgãos governamentais (foram cedidos maiores direitos às repúblicas, os órgãos governamentais centrais passariam a ser os órgãos de coordenação), a aprovação de uma nova Constituição e as mudanças no sistema eleitoral. A assinatura do Tratado foi marcada para 20 de agosto de 1991. (ORLOV, et. al. 2003)

As publicações e as discussões do novo Termo da União Soviética aprofundaram as divergências nas opiniões da sociedade. Os adeptos à mesma opinião do Gorbachev viam neste ato uma possibilidade de atenuar o nível de confronto e precaver uma guerra civil no país. Os opositores ao novo Tratado da União Soviética tinham razão em temer que a desmontagem do país provocasse a desintegração do complexo econômico em geral e o aprofundamento da crise econômica. Alguns dias

antes da assinatura do novo Tratado da União, as forças da oposição tentaram colocar o fim na política de reforma e interromper o desmoronamento do Estado. Na noite do dia 19 de agosto de 1991, o presidente da URSS, M. S. Gorbachev, foi afastado do poder. Um grupo de políticos proferiu discursos sobre a impossibilidade do Gorbachev, devido à sua condição de saúde física, de realizar as obrigações presidenciais. No país foi estabelecido o estado de sítio com duração de seis meses, proibiram a ocorrência de greves, comícios e manifestações. Anunciaram a criação de um Comitê Estatal do estado de emergência na URSS. O Comitê era composto pelo vice-presidente G. I. Ianaiev, que assumia o posto de presidência, e mais sete integrantes, todos os membros do comitê central do PCUS. Entre eles: o primeiro-ministro V. S. Pavlov, o ministro da Defesa, marechal D. T. Yazov, o ministro do Interior, B.C. Pugo, e o chefe do KGB, V. A. Kriutchov. Os golpistas pronunciaram como sua prioridade a superação da crise econômica e política, da confrontação civil e entre nacionalidades e da anarquia. Por traz destas palavras estava a tarefa: a restituição da ordem antes existente na URSS, até o ano de 1985. (ORLOV, 2003)

Moscou passou a ser o centro dos acontecimentos, o exército foi introduzido na cidade e foi estabelecido o toque de recolher. A grande maioria da população, entre eles os membros do aparelho partidário, não apoiou os golpistas. O Presidente da Rússia, B. Yeltsin, pediu o apoio dos cidadãos ao Governo legitimamente eleito contra a ação do Comitê Estatal de Emergência, que foi considerada como um golpe anticonstitucional. Declarou que os órgãos de administração, os que estavam localizados no território da Rússia e pertencentes à União Soviética, passariam ao poder do Presidente da Rússia. (ORLOV, 2003)

No dia 22 de agosto de 1991, os golpistas foram presos. A primeira consequência, de importância extraordinária, da derrota dos golpistas consistiu na adoção de medidas que, iniciadas por B. Yeltsin no dia 22 e completadas logo a seguir por M. Gorbachev, fecharam as sedes do PCUS, dissolveram o seu Comitê Central e determinaram o confisco dos seus bens e a cessão da sua existência. Esses

acontecimentos aceleraram a desintegração da União Soviética. No final de agosto do mesmo ano, foi anunciada a criação dos Estados Independentes da Ucrânia e mais tarde de outras repúblicas.

Em 9 de dezembro, numa reunião em “Belovejskoi Pusche”, os Presidentes Boris Yeltsin da Rússia, Leonid Kravtchuk da Ucrânia e Stanislav Shushkevitch da Bielorrússia, assinaram um documento conjunto no qual declararam que a URSS deixava de existir.

A *Perestroika* projetada e realizada por parte dos líderes do partido e do Estado, com o fim de mudanças econômicas de cunho democrático em todas as esferas da sociedade, terminou. E como sendo o seu principal resultado, ocorreu a desintegração do antigo poderoso Estado multinacional: o término do período soviético na história da Rússia.

3 A DIFÍCIL CAMINHADA RUMO AO CAPITALISMO: CRISE E REFORMAS NOS ANOS NOVENTA

A Rússia, bem como as outras repúblicas da antiga União Soviética, no início dos anos 90 se encontrava na situação de crise profunda. No dia 12 de junho de 1990 foi proclamada a soberania russa, ocorrendo a formação da Federação da Rússia (FR) que incluía 89 unidades territoriais da Federação, com população de 145 milhões de pessoas e a área total de 17.075,4 mil km². Em 1991, na Rússia o PNB *per capita* era de US\$ 3.220 (para comparar: nos EUA no mesmo período era de US\$ 22.240, na Suíça – US\$33.610 e na Coreia do Sul – US\$6.330) (SAKS, 1995, p. 17)

O sistema político da Rússia no início dos anos 90 foi baseado em dois degraus de organizações estatais representativas – o Congresso dos Deputados Nacionais da Federação Russa e o Soviete (Conselho) Supremo das duas Câmaras. O chefe do poder executivo, eleito pela votação realizada entre toda a população, era o Presidente B.N. Yeltsin, que no mesmo momento ocupava o cargo de Comandante Superior das Forças Armadas. O órgão superior legislativo passou a ser o Tribunal Constitucional da FR. Em organizações estatais superiores dominavam os ex-Deputados do Soviete Supremo da URSS, deles foram nomeados os Conselheiros do Presidente – V. Shumeiko e Y. Iarov, o chefe do Tribunal Constitucional - V.D. Zorkin e muitos chefes da administração regional. O aparelho estatal funcionava nas condições de dura confrontação entre o poder executivo e o legislativo. O V Congresso dos Deputados Nacionais, em novembro de 1991, deu ao Presidente amplos poderes para a de realização das reformas econômicas. (ORLOV et al., 2003, p. 465)

A desintegração da URSS levou ao surgimento de 15 novos Estados, entre os quais a Rússia era o maior. A união desses novos Estados formando a Comunidade dos Estados Independentes (CEI – sigla em russo SEI) não restabeleceu o sistema econômico comum da antiga União Soviética. A crise econômica continuava a se

desenvolver já dentro da estrutura da CEI.

A crise aguda da economia refreava as mudanças de mercado. As reformas indecisas e inconseqüentes e a resistência dos conservadores (neste período a maioria dos Deputados do Parlamento russo apoiava o curso de suspensão da econômica de mercado na Rússia) agravaram ainda mais a situação econômica. Só no ano de 1991, o PIB diminuiu em 5%, a produção industrial em 8% (a indústria ligeira em 6%, a indústria alimentícia em mais que 10%, a extração do petróleo em 11%, a produção de carvão em 10%, a produção do aço em 14%, a produção agrícola em 4,5%, a compra de carne e leite caiu em 7%, a safra de grãos caiu 24%). (FRENKEL, 1997)

Segundo FRENKEL (1997, p. 10.), como herança da URSS, a Rússia recebeu uma economia extremamente desbalanceada com inflação aberta acima de 260% por ano e, segundo SAKS (1995, p. 108), o déficit da receita governamental representava mais do que 16% do PIB, já pela avaliação do YASIN (2002, p. 195) o déficit chegava a 31% do PIB. Ao mesmo tempo manteve-se uma inflação oculta, associada, no fim de 1991, à falta de produtos e artigos de ampla necessidade e à destruição do comércio administrativo (estando este sob a responsabilidade do governo), abrindo espaço para a agiotagem. Nas cidades se aproximava a ameaça da fome.

A crise se agravou, também, devido à Rússia sempre ter sido tradicionalmente um doador econômico para a maioria das repúblicas da antiga União Soviética, especialmente na indústria com grandes investimentos de capital e na indústria de energia (petróleo, gás, energia elétrica, entre outros). A preservação deste fornecimento aos integrantes da CEI era baseada no pagamento através de créditos ou por rublos de ajuste por compensação, os quais eram emitidos pelos bancos nacionais dos Estados da CEI (em forma de créditos de ajuste por compensação). Para a Rússia, essa massa monetária (crescente) só aumentava a inflação.

A enorme dívida externa que rapidamente cresceu, no fim dos anos 80, até a marca dos 70 bilhões de dólares, não poderia ser sustentada, mesmo utilizando todo o

volume das reservas cambiais existentes do país. Pelo acordo de Minsk (em dezembro de 1991), a Rússia assumiu todas as dívidas externas da URSS, bem como o direito de utilização de todos os ativos externos e os créditos aos outros países. Com isto parecia que havia a possibilidade de equilibrar a situação: as dívidas poderiam ser pagas por conta dos créditos a serem recebidos. Contudo, o problema consistia em que a dívida externa junto aos países desenvolvidos, ligados aos Clubes dos Credores de Paris e de Londres e os empréstimos fornecidos à URSS, e em consequência para a Rússia, foram classificados e concentrados na categoria de países de terceiro mundo, cuja solvência era baixa, dificultando, portanto, as condições de pagamento e renegociação. Além do mais, por motivos políticos, estes países (integrantes da antiga URSS) não aspiravam realizar o pagamento das suas dívidas à Rússia, feitas com a URSS no período do seu apoio militar e político aos regimes de orientação socialista. (SAKS, 1995, p. 280)

A falta de reservas cambiais, com as quais o Governo soviético realizava o pagamento da importação centralizada, levou à falência o banco “Vnesheconombank” da URSS. Em consequência, foram congeladas as contas em moeda estrangeira de todas as pessoas jurídicas e físicas, no total de 5,5 bilhões de dólares. Além disto, para o pagamento das importações foi gasta parte das reservas de ouro do país, no valor de 3,4 bilhões de dólares. Como resultado, no dia primeiro de janeiro de 1992, as reservas em ouro diminuíram até 289,6 toneladas (ECONOMIA DO PERÍODO DE TRANSIÇÃO, 1998, p. 91)

Tudo isso exigia, em primeiro lugar, a conquista de equilíbrio macroeconômico e a existência de uma economia nacional que fosse minimamente dirigível.

3.1 A PRIMEIRA GERAÇÃO DE REFORMAS

No fim do ano de 1991, E.T. Gaidar (1991-1992), cientista econômico e primeiro ministro, elaborou o programa das reformas radicais da economia nacional. As medidas propostas nesse programa de “Terapia de Choque” foram orientadas para a transferência dos métodos da economia centralmente planejada para os métodos da economia de mercado, na superação da crise que se aprofundava e na estabilidade econômica. Os principais instrumentos para atingir este alvo foram escolhidos: liberação dos preços e uma política monetária e financeira rígida, a qual no seu tempo, com custos sociais elevados, permitiu sanar as economias de vários países, incluindo os países ex-socialistas.

O Presidente B.N. Yeltsin assinou, no dia 3 de dezembro de 1991, o Decreto sobre liberação dos preços, mas atendendo ao pedido das ex-repúblicas soviéticas, a sua realização começou somente no dia 2 de janeiro de 1992. A demora das medidas já pronunciadas levou ao crescimento das expectativas inflacionárias e gerou aumento dos preços, em consequência, alimentou atitudes especulativas de pessoas e empresas que possuíam a possibilidade de administrar estoques de mercadorias.

A partir de janeiro de 1992 foram liberados 80% dos preços do atacado e 90% do varejo. O Estado manteve o controle dos preços somente de artigos de consumo mais relevantes: o pão, o leite, o “quefir”, a ricota, o sal, o açúcar, a vodka, o óleo vegetal, os fósforos, os remédios e, assim como, da energia elétrica, do transporte público e dos pagamentos ligados à moradia. Mas a partir do início de março de 1992, esse controle foi passado para a administração regional. (IASIN, 2002, p. 94)

No mesmo momento, o sistema de distribuição centralizado dos recursos foi anulado. Os preços dos recursos energéticos foram aumentados, no entanto continuavam a ser controlados pelo Estado: do petróleo em 5 vezes, do gás e da eletricidade para o consumo industrial em 4,7 vezes e do carvão em 5,5 vezes. Essa decisão falida realimentou, em seguida, a elevação de todos os preços e foi uma das maiores causas da hiperinflação de 1992. Durante o primeiro mês de 1992, os preços

do mercado de consumo cresceram em 245,3%, e no total, durante os quatro primeiros meses de 1992 em 653,3%. Apesar disso, no fim do primeiro trimestre, praticamente conseguiram liquidar o déficit público. (FRENKEL, 1997, p.127)

O aumento dos preços quase em 7 vezes, até maio de 1992, e a desvalorização do rublo levaram à diminuição da base monetária (liquidação do excesso da quantidade de dinheiro), criando certas condições para a estabilização, facilitando um pouco a administração da economia nacional. O dinheiro recebido se colocou novamente na posição de um recurso importante para o consumidor e para o produtor, e os preços mostraram a tendência de atingir o equilíbrio de mercado. Em agosto de 1992, a inflação mensal ficou abaixo de 10 %. Como as maiores dificuldades surgiam onde os preços estavam sob controle estatal, a partir de maio de 1992, liberaram o preço do petróleo e, a partir de 1993, do carvão. No final, somente continuavam a ser controlados os preços e as tarifas dos artigos naturalmente monopolizados pelo Estado, produtos estratégicos e serviços públicos (gás, energia elétrica, transporte ferroviário e transporte do petróleo).

Apesar da queda de produção e da diminuição do bem-estar da maior parte da população, este foi o difícil início da formação de um mercado de consumo normal; surgiram as condições para iniciar a transformação estrutural da economia, foram eliminadas as indústrias não efetivas, tecnicamente e tecnologicamente atrasadas.

O governo de Yeltsin e Gaidar, em condições muito complexas, conseguiu parcialmente alcançar algum equilíbrio, gerando condições objetivas para a administração da economia nacional. Entretanto, a posição dos reformadores na direção política do país foi enfraquecida pela queda econômica contínua condicionada não tanto por influência dos métodos monetários quanto pelo baixo nível da atividade empresarial, pelo desconhecimento do mercado, pela conversão lenta da indústria militar e pelo rompimento das ligações econômicas entre as ex-repúblicas soviéticas. A experiência das reformas da economia russa do ano de 1992 mostrou como era importante levar em conta não só os fatores monetários e financeiros estabilizadores,

mas também as características institucionais da economia a ser reformada. No trabalho “A disparada rumo ao capitalismo”, John Kenneth GALBRAITH (1990) escreveu que os métodos utilizados para realizar a transição da economia na Rússia em uma economia de mercado aberto não poderiam ser realizados pelos seus mentores, pois os métodos oferecidos não correspondiam à realidade: “O que se oferece é uma construção ideológica que não existe senão nas mentes e, notoriamente, nas esperanças dos doadores. Não tem relação alguma com a realidade; é o que noutra oportunidade chamei de ideologia primitiva.”

A falta de coerência e de firmeza na condução das reformas se revelou na atenuação, afrouxamento, da política creditícia, na desistência do orçamento sem déficit e na emissão de moeda a partir do Banco Central. O valor da emissão, a partir de maio de 1992, começou a crescer bruscamente e como resultado, em um ano, a emissão mensal cresceu em 16,4 vezes. (FRENKEL, 1997, p.158)

A economia nacional da Rússia sofreu uma influência negativa da preservação do, até então existente, espaço único do rublo, pois faltava o controle sobre a emissão de rublos pelas ex-repúblicas soviéticas. Por causa do mecanismo imperfeito de ajuste de contas com os Estados da CEI, a Rússia continuava a subsidiar as economias desses estados. Como resultado, a base monetária aumentou e acelerou-se a queda (desvalorização) do rublo russo. O mês de setembro de 1992 se destacou pela agravação da crise que substituiu os sinais de estabilidade. Em condições do crescimento da inflação, o Governo de Gaidar novamente endureceu a política financeira e creditícia, mas os seus resultados só começaram a surgir no ano seguinte.

Como resultado, a Rússia começou o ano de 1993 com quedas significativas de alguns agregados: durante o ano de 1992, o PIB diminuiu em 14,5% , a produção de artigos industriais em 18,8% , a taxa de investimento em 40%, a inflação superou 25% ao mês e seu crescimento anual foi de 261%. As empresas suspenderam os pagamentos entre si. (FRENKEL, 1997, p. 10 e 127)

O bem-estar da maioria da população continuava em declínio. Apesar de a

renda pessoal ter crescido em 12,9 vezes e o salário médio em 12,8 vezes, a renda real diminuiu em 48% (FRENKEL, 1997, p. 192-193). Simultaneamente, a diferença dos rendimentos dos indivíduos começou a crescer de modo catastrófico. Em 1991, o rendimento de 10% da população mais rica superou o rendimento de 10% da mais pobre em 4,5 vezes e no meio do ano de 1992, em 6,5 vezes. (A SITUAÇÃO SOCIO-ECONÔMICA DA RÚSSIA, 1993-1994, p. 174). Em 1992, 33,3% da população (50,2 milhões de pessoas) teve a sua renda mensal abaixo do nível da cesta básica (o mínimo suficiente para viver era de 1,9 mil rublos por mês). Portanto, a concentração espetacular da renda parecia ser um dos ingredientes da caminhada rumo ao capitalismo.

Pela primeira vez na história da Rússia, se não forem levados em conta os anos da Segunda Guerra Mundial, em 1992, foi registrado o fenômeno do crescimento natural negativo da população de 220 mil pessoas. A partir deste ano, a Rússia iniciou a contabilização do desemprego aberto.

As reformas do Gaidar encontraram uma grande resistência da oposição, particularmente no Soviete Supremo da FR que em geral era composto pelos deputados nacionais da ex-União Soviética. A primeira etapa das reformas chegou ao fim quando, depois da obstrução ofensiva e ríspida no Soviete Supremo da FR em dezembro de 1992, E.T. Gaidar renunciou o posto de primeiro ministro.

Em dezembro de 1992, o Governo da FR foi encabeçado pelo senhor V.S. Chernomyrdin, ex-membro do Comitê Central do Partido e ex-ministro da indústria do gás da URSS (organizador do maior monopólio industrial da economia russa, consórcio "GAZPROM"), mantendo-se no cargo de primeiro ministro até março de 1998.

Esses anos foram os anos da segunda etapa de reformas econômicos, que não foram menos complicadas e dramáticas do que as primeiras. A partir do ano de 1993, aumentaram as contradições políticas e a crise econômica continuava a se aprofundar. O fator político teve cada vez uma maior influência sobre as reformas econômicas - o

fracasso do poder central, a confrontação entre o poder executivo e o legislativo e o crescimento das contradições entre os membros da Federação e o Centro. As relações tensas entre instituições do poder se manifestaram em uma luta aberta. Um ponto culminante foi o anúncio, pelo presidente B. Yeltsin, da dissolução dos órgãos do poder representativo: do Supremo Conselho da FR e do Congresso dos Deputados Nacionais.

No dia 12 de dezembro de 1993 nacionalmente foi votada a nova Constituição da Federação Russa. A Rússia foi proclamada como um Estado democrático federal legislativo com uma forma de governo republicana. Foram realizadas as eleições para um novo órgão do poder legislativo da Duma Estatal da FR.

3.2 A SEGUNDA GERAÇÃO DE REFORMAS

A crise de 1992 a 1993, que afetou a economia nacional russa, pode ser comparada com a Grande Depressão que abalou a economia dos principais países capitalistas entre 1929 e 1933. Apesar da crise, o ano de 1993 foi caracterizado pelas tentativas do novo governo de normalizar a vida econômica estatal. Por causa disso, em primeiro lugar foi colocada como tarefa principal superar a inflação e assegurar a estabilidade financeira. Para isso, elaboraram um amplo programa financeiro levando em conta todas as possibilidades de gerar aumento na receita; a comissão responsável pelo plano foi formada como um órgão de coordenação do funcionamento do Governo e do Banco Central, com a tarefa de regular a situação econômica.

Para a realização desse plano foram tomadas as seguintes medidas:

- a) diminuição das proporções de concessão de créditos para a economia pelo Banco Central com o objetivo de restringir a massa monetária, em primeiro lugar pela linha dos bancos comerciais (particulares) e também pela linha dos créditos ao governo;
- b) início da conversão da dívida estatal na forma dos títulos estatais e o aproveitamento dos recursos do mercado financeiro para financiar o

- déficit da receita;
- c) cessação do subsídio ao exporte;
 - d) cessação ao subsídio aos Estados membros da CEI pelo sistema de créditos técnicos, o que freou a reprodução de “zonas de rublo de novo tipo” - uma espécie de método de financiamento aos estados por conta da Rússia;
 - e) liquidação do único espaço ex-soviético do rublo, pondo em uso, a partir de 26 de julho de 1993, um novo modelo de notas de rublo, que não foram concedidas às ex-repúblicas soviéticas (somente Tadjiquistão teve seu acesso devido ao apoio político do governo russo e com o fim de interromper a guerra civil).

A segunda etapa das reformas econômicas da Rússia foi caracterizada em primeiro lugar pelo processo acelerado de privatização. No fim de 1993, 70% das pequenas empresas das indústrias de comércio, de alimentação pública e de serviço público passaram para o setor privado.

A propriedade estatal foi transformada em grandes empresas. Em setembro de 1993, um terço das empresas de médio e grande porte, que produziam 40% de produtos industriais, passaram a ser de propriedade particular ou mista. A propriedade não estatal teve a maior extensão nas industriais de materiais de construção, de alimentação e ligeira. No início de 1994, no setor privado da economia se encontrava 40% da força de trabalho.

Na Rússia, o papel determinante nas transformações econômicas continuava a ser o fator político. A derrota do bloco democrático encabeçado por E.T. Gaidar nas eleições em dezembro de 1993 para Duma Estatal punha em dúvida a continuação da existência da ala democrática no Governo da Rússia.

Depois das eleições, o Chefe do Governo, V.S. Chernomyrdin, afirmou oficialmente a necessidade de apresentar as emendas essenciais das principais prioridades econômicas que antes foram traçadas. Foi anunciada a disposição de

combater a inflação com métodos não monetários, sendo que a terapia de choque seria inadmissível, a necessidade do apoio financeiro dos setores básicos da indústria e da economia rural, a concessão das vantagens financeiras para as companhias da indústria de petróleo e do gás, foi tomada a decisão relativa à unificação dos sistemas monetários da Rússia e Bielorrússia.

Apesar da inconseqüência e a realização pela metade das reformas econômicas, em março de 1994, a inflação foi diminuída até 7,4%, em agosto até 5,3% contra 26% em agosto de 1993. (FRENKEL, 1997, p. 127-128)

A prática de concessão, pelo Banco Central, de empréstimos a juros subsidiados para o financiamento das despesas públicas foi rejeitada, o volume de empréstimos do Banco Central foi rigorosamente definido nos limites estabelecidos pela legislação. Os gastos da receita federal foram financiados somente pela entrada dos recursos financeiros nas contas do Ministério das Finanças da FR.

Mas a difícil situação financeira das empresas e a contínua queda na produção levaram à redução considerável da entrada de impostos. Isto, por sua vez, aumentou o déficit da receita que bruscamente começou a crescer a partir de maio de 1994 e no fim do ano chegou a 10,7% do PIB. (RÚSSIA EM DADOS, 2001, p. 29) Na história econômica moderna russa isto foi o nível mais alto do déficit da receita em relação ao PIB. Para cobrir o déficit, a emissão de créditos foi ampliada, o que levou ao crescimento potencial da inflação. Ao mesmo tempo, o apoio financeiro seletivo às empresas, junto à adaptação gradual das mesmas em trabalhar nas condições de procura limitada (devido ao baixo poder aquisitivo), favoreceram a normalização gradual da situação na indústria.

A partir de março de 1994, a queda na produção arrefeceu e no meio do ano cessou. Mas o potencial de inflação acumulada junto com outros fatores negativos, em setembro de 1994, passaram a pressionar o sistema de preços abertamente. A população notavelmente diminuiu os seus depósitos em rublos nos bancos, cresceu a demanda por moeda estrangeira, aumentando a dolarização da economia (o ajuste das

contas entre as empresas passou a ser em dólares). Tudo isso levou a uma nova brusca (segunda depois do ano de 1992) desvalorização do rublo russo, assim chamada de terça negra de 11 de outubro de 1994. Apesar de terem conseguido equilibrar a cotação do rublo em relação ao dólar, no fim do ano de 1994, a inflação de novo se fortaleceu. Os preços ao consumidor, em outubro, aumentaram em 15%, em novembro - em 15%, em dezembro - em 16%. A possibilidade da estabilidade financeira novamente foi perdida. O processo de declínio da produção continuava devido, entre outras coisas, à baixa solvência do consumidor russo. A situação se agravou devido à concorrência com mercadorias importadas de melhor qualidade e de preço mais baixo. No total, no ano de 1994, o volume da produção industrial em comparação com o ano de 1993 se reduziu em 22,8%. E em comparação ao ano de 1989 em 48%. (FRENKEL, 1997, p. 128)

O ponto mais agudo da crise foi sentido pelas indústrias de bens intermediários e de produtos finais; as indústrias de combustíveis e de energética sentiram menos, talvez, pelo seu perfil mais concentrado e oligopolista. Em consequência disso, a produção industrial passou a ser voltada mais intensamente para extração de matéria-prima e produção energética. Em condições de estabilização total da indústria, que marcou a segunda metade do ano de 1994, o maior crescimento foi marcado pela indústria de energia elétrica, na indústria química e na indústria de petróleo. Continuava a existir uma das principais provas da crise econômica: a extrema debilidade das atividades de investimento, o volume dos investimentos de capital em 1994 foi igual a um terço do nível dos investimentos no ano de 1989.

Um fato típico da economia russa, na segunda metade dos anos 90, foi o crescimento do processo de troca entre as empresas (existia um intercâmbio entre as mesmas, que realizavam pagamentos entre si com produtos finais produzidos). Contribuíram, para esse processo: a insuficiência do capital circulante das empresas, a rapidez da desvalorização dos depósitos bancários das empresas e instituições, bem como o alto grau de desconfiança em relação ao sistema bancário.

A tensa situação econômica foi aprofundada pelo começo da guerra na Tchetchênia no fim do ano de 1994. Os gastos complementares com os armamentos e com a recuperação da economia dessa república exigiram uma concessão considerável da verba orçamentária. No fim do ano de 1994, as operações militares na Tchetchênia absorveram 1% do PIB.

Em 1995, a economia russa continuava a sofrer com as dificuldades ligadas não só com a herança da economia de planejamento quebrada, mas também com a inseqüência do curso econômico de 1992-1994. Entretanto, a partir de 1995, a vida econômica foi marcada pela crescente capacidade de direção e previsão da economia, revelou-se uma tendência na estabilização macroeconômica a partir de um resultado esperado. Nesse mesmo ano, o país conseguiu se esquivar de um pico inflacionário (de setembro a novembro). O Governo interrompeu a queda livre do bem-estar social e chegou ao nível mínimo da inflação. Mas, para isso um preço grande foi pago: em agosto-setembro, a economia russa sofreu a primeira crise da história contemporânea no sistema bancário, levando à falência de alguns maiores bancos, às perdas financeiras das estruturas governamentais e particulares e, também, às perdas monetárias da população. A desaceleração da inflação em 1995, mais do que em 4 vezes em comparação com a de 1992, ficou como sendo o índice mais baixo da inflação em 5 anos (o que pode ser observado na tabela 4 a seguir), favorecendo o melhoramento da esfera de crédito monetário.

TABELA 4 – EVOLUÇÃO DOS PREÇOS AO CONSUMIDOR NA RÚSSIA NO PERÍODO DAS REFORMAS – 1991/2005

ANO	O crescimento em relação ao ano anterior em %	O crescimento mensal médio por ano em %
1991	260,3	8,3
1992	2.608,8	31,2
1993	944,2	20,6
1994	315,0	10,0
1995	231,3	7,2
1996	121,8	1,7
1997	111,0	0,9
1998	184,4	5,2
1999	136,5	2,6
2000	120,2	1,5
2001	118,0	1,4
2002	115,0	1,2
2003	112,0	0,95
2004	111,7	0,93
2005	110,9	0,90

FONTE: Comitê Estatal de Estatística da Federação da Rússia.

Notavelmente diminuiu a velocidade da queda do nível de produtividade das indústrias. No período, de maio até outubro de 1995, pela primeira vez depois de 1990 não foi registrado uma queda da produção industrial. No total, em 1995, o volume da produção industrial diminuiu somente em 4,7% em comparação com ano anterior.

Pela primeira vez foi marcado um crescimento em alguns importantes setores: da siderurgia de 3 a 10%, na indústria química e de petróleo de 2 até 17%, da metalurgia não-ferrosa 4%, devido à existência de demanda para exportação. Mas nos setores da economia que trabalhavam para o mercado interno, a queda continuava. Os volumes de produção do setor de construção de máquinas e da indústria transformadora de metais diminuíram em 9%, da indústria ligeira em 42%, da alimentícia em 10%. Deste jeito, a fricção da queda na produção industrial aconteceu somente por causa dos setores orientados para exportação. (FRENKEL, 1997, p. 36-49; RÚSSIA EM DADOS, 2001, p. 177)

As relações exteriores, em 1995, continuavam a ter o seu crescimento ativo. A exportação foi de 82,9 bilhões de dólares, a importação de 62,6 bilhões de dólares, a rotação monetária referente ao comércio externo no total, em 1995, aumentou em 20%. (RÚSSIA EM DADOS, p. 356) O lugar importante na exportação, como sempre, era ocupado pelos setores produtores de combustível e energia, mais que 40% do total.

A diminuição do ritmo da queda de alguns índices na produção e o seu aumento em alguns setores da indústria ainda não poderia significar que a crise econômica na Rússia foi superada. Entretanto, os resultados das reformas conseguidos até a metade dos anos 90, criaram condições para concluir a estabilização financeira e passar para a etapa do crescimento econômico. Em alguma medida, é possível afirmar que a caminhada incluiu recessão, concentração de renda, perda de foco no mercado interno e dinamismo de um setor exportador centrado numa base generosa de recursos naturais ligados à energia.

3.3 SITUAÇÃO SOCIAL, RENDIMENTOS E CONSUMO DA POPULAÇÃO

A continuação da crise econômica e as medidas para sua estabilização, as quais sempre possuem um caráter doloroso, foram acompanhadas por diminuição do bem-estar da maior parte da população russa e por perdas materiais drásticas.

No fim do ano de 1991, as cidades sentiram dificuldades com a falta dos produtos alimentícios, aumentavam os problemas do abastecimento de energia. A venda dos produtos alimentícios nas maiores cidades industriais era realizada por meio de cupons que nem sempre eram abastecidos. A manteiga era vendida de forma limitada a 200 gramas por pessoa e os produtos de carne a 0,5 kg por pessoa ao mês. Nas cidades, as vendas da farinha do trigo foram suspensas, até a panificação sentia a sua falta. O Governo não possuía reservas em moeda estrangeira para importar os gêneros alimentícios.

A liberalização dos preços, a partir do início de 1992, acelerou a destruição do mercado de consumo da economia nacional de planejamento e foi acompanhada

por um crescimento brusco dos preços de produtos e serviços básicos, no entanto, ajudou a superar o déficit dos produtos e favoreceu ao aparecimento das mercadorias nas lojas. A circulação da mercadoria no varejo na Rússia diminuiu somente em 3,5%. Ao mesmo tempo, as lojas começaram a ser preenchidas por mercadorias importadas de alta qualidade, mas, também de alto preço. A partir de 1994 a circulação da mercadoria no varejo começou a crescer em volumes absolutas.

Naturalmente, a liberalização dos preços provocou a queda notável do bem-estar da população. A renda real *per capita*, somente no ano de 1992, caiu 2,3 vezes, acompanhada pelo crescimento considerável da sua diferenciação entre os grupos da população. Durante dois anos (de 1991 até 1992), visivelmente foi reduzido o consumo dos produtos alimentícios básicos por pessoa: leite em 15% (de 348 até 295 litros anuais), produtos de carne em 18% (de 69 até 57 kg), legumes e frutas em 11% (de 120,9 até 107,3 kg). (A SITUAÇÃO SOCIO-ECONÔMICA DA RÚSSIA, 1995, p.191) Em compensação, a população começou a consumir mais batata e pão, lembrando os períodos de guerra.

Na segunda metade de 1992, foram aumentados os salários e a aposentadoria, a queda da renda familiar real praticamente cessou. Mas a diminuição da renda familiar negativamente influenciou a estrutura do consumo e os gastos da população – a parte dos gastos com alimentação cresceu e da mercadoria não alimentícia diminuiu. As pessoas começaram a complementar sua renda vendendo os bens da família existentes.

A tendência da diminuição do nível do bem-estar se preservou também no ano seguinte, em 1993: o segundo ano das reformas econômicas. A tensão da esfera social continuava a ser elevada. O ano 1994 foi marcado pelo crescimento notável da taxa de desemprego (em 25,6%, atingindo 5,7 milhões de pessoas, ou seja, mais do que 8% da população economicamente ativa). (RÚSSIA EM DADOS, 2001, p.77) Apesar da renda *per capita* ter aumentado em 13%, a onda inflacionária no fim de 1994 levou à sua diminuição posterior.

No quarto ano de reformas, em 1995, o desemprego na Rússia não assumiu marcas dramáticas, mas a situação social não melhorou. Os rendimentos reais da população caíram em 13% em comparação com o ano de 1994, o salário médio real reduziu-se em 26%. Ao mesmo tempo, na Rússia o problema da não realização dos pagamentos salariais em prazos estabelecidos se agravou rapidamente.

Uma tendência preocupante refletia a insatisfação social na Rússia: a desproporção entre os níveis de rendimento das diversas camadas da população era marcante. Durante os anos das reformas, os rendimentos recebidos pelos 10% da população mais abastada superaram em 20 vezes os rendimentos da mesma parte de menos abastados, enquanto no início das reformas, essa diferença era aproximadamente de 5 vezes. E se levar em conta os rendimentos ocultos a diferença era bem maior. No mesmo momento, nos países desenvolvidos da Europa e no Japão o índice correspondente não superava de 6 a 7 vezes.

O poder aquisitivo da maior parte dos assalariados (que se sustentavam somente por conta do salário), no meio dos anos 90, diminuiu em 2,4 vezes. Quase um terço da população da Rússia tinha os rendimentos menores ao nível de renda mínima, 20% viviam nas condições de pobreza extrema.

Um elevado preço foi pago pelo povo russo pelas transformações econômicas nos anos 90: a vida média diminuiu de 69, em 1990, para 64-65 anos em 2000 e para os homens caiu abaixo do nível da idade da aposentadoria (60 anos), passando a ser até 59 anos.

Apartir de 1992, a mortalidade na Rússia, pela primeira vez depois da Segunda Guerra Mundial, superou a taxa de natalidade. Como resultado desses processos, a Rússia enveredou por um processo demográfico de redução da população em decorrência da piora das condições de vida, a qual foi compensada, em parte, pela migração dos países da CEI.

3.4 PROBLEMAS E PERSPECTIVAS DA ECONOMIA RUSSA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Começando ativamente as reformas, o Governo da Rússia, como admitiu o primeiro Presidente russo B.Yeltsin, não revelou a posição firme na luta contra corrupção, não conseguindo conter as revelações negativas do mercado. As estruturas governamentais não mostraram capacidade de resistir à ação dos grupos lobistas. Apareceram novas tecnologias com as quais riquezas eram transferidas para as mãos dos escolhidos e mais próximos das estruturas governamentais, as quais lhes asseguravam privilégios econômicos: o acesso às possibilidades de usar os recursos orçamentários, os créditos centralizados nas condições vantajosas, a isenção dos impostos e da cobrança das taxas alfandegárias e a apropriação dos pacotes de ações de propriedade federal por métodos de privatização quase ilegais.

O crescimento da desigualdade na sociedade aumentou a tensão social e conteve o processo das reformas. A concentração de capital atingiu tal nível que, apesar da queda da produção nacional, na Rússia apareceram mais do que três dezenas de bilionários, os quais foram incluídos na lista dos mais ricos do mundo, feita pela revista anual americana Forbes. Mas, apesar das circunstâncias agravantes, no fim dos anos 1990, na vida econômica e social da Federação Russa ocorreram mudanças qualitativas positivas: foram formados diversos novos tipos e formas de gerenciar a economia, renasceu a propriedade particular e ocorreu a formação da infra-estrutura de mercado, estabelecendo as normas jurídicas do seu funcionamento.

Entretanto, como já foi mencionado, as reformas nos primeiros sete anos foram acompanhadas pelo estreitamento da produção, pela diminuição da efetividade do aproveitamento dos recursos, pelo crescimento do desemprego e pela redução da demanda solvente. Como resultado, foi constatada a diminuição do poder de consumo, mesmo dos produtos de vital importância e dos remédios, a queda dos rendimentos e da qualidade da vida da maioria da população.

A tendência da normalização financeira registrada no meio dos anos 90 e o

aumento da produção industrial foram interrompidos pelo *default* no dia 17 de agosto de 1998, e conseqüentemente pela crise financeira que durou alguns meses e atingiu todos os setores da economia nacional. As perdas do sistema bancário foram de 100 a 150 bilhões de rublos em preços do meio do ano de 2000; a receita federal não recebeu mais que 50 bilhões.

A crise financeiro-econômica teve um grande reflexo no bem-estar na maior parte da população russa. Em 1999, calculava-se 8,9 milhões de desempregados. A crise, como já foi dito, teve impactos negativos sobre a situação demográfica da Rússia: no meio do ano de 1999, a população diminuiu até 145,9 milhões, a redução foi em 2 milhões de pessoas. (ORLOV, 2003, p.475)

Entretanto, esta crise foi um ponto do começo de um novo período de desenvolvimento da economia russa.

A desvalorização do rublo (pelo fato em 4 vezes) e, em seguida, a elevação dos preços de petróleo e do gás no mercado mundial, em primeiro lugar, bruscamente transformaram a situação do mercado financeiro, e depois favoreceram à *animação dos setores reais* da economia russa. A desvalorização do rublo contribuiu ao fortalecimento das posições dos produtores russos e ao crescimento da substituição das importações.

Em 1999, concluiu-se a fase de estagnação da economia russa que foi extraordinariamente longa devido à grande escala do mapa da Rússia, às particularidades nacionais e ao maior período de existência da economia centralmente planejada na história do século XX. Mas, também, demonstrando que a gênese e desenvolvimento do capitalismo envolve sofrimento e dor.

Em conformidade com os cálculos de IASIN (2002), membro do grupo dos elaboradores das reformas e foi um dos ministros da economia russa no período dos anos noventa, a queda total do PIB da Rússia de 1990 a 1998 foi de 40-45%. Para este autor, a profundidade e especialmente a duração da crise podem ser explicadas por três grupos de fatores, distribuídos quantitativamente da seguinte maneira: 1) redução da

produção militar – 20-25% da queda total; 2) diminuição da produção de produtos não concorrentes – 5-7%; 3) influencia negativa das reformas – 15-23%. O exemplo da trajetória dos países ex-socialistas, os membros do Comecon (tais como Polônia, Tcheca, Hungria e os outros), os quais não possuíram uma economia militar e, também, mais cedo realizaram as reformas de mercado, confirmaram essas conclusões que, entre outras coisas, apontam o fardo da indústria bélica e da guerra fria.

A política de estabilização da Rússia e sua saída da crise econômica foram realizadas no primeiro período do novo Presidente da Rússia V.V. Putin e do Governo do Primeiro Ministro M.M. Kasianov.

No fim dos anos noventa diminuiu o ritmo das privatizações. Nos anos de 1992 até 1994, anualmente foram privatizadas por volta de 30 mil empresas, mas em 1998-2000 – menos que 2 mil. Fortalecendo a sua posição de árbitro final na regulamentação dos processos econômicos, o Estado atuava mais rigorosamente no processo de privatização dos bens estatais e municipais, previa o desenvolvimento da conjuntura do mercado e garantia o crescimento dos recebimentos monetários.

Entretanto, como nos anos anteriores, a pressão política continuava influenciar a eficácia das decisões tomadas. Assim, no fim do ano de 2002, o Estado vendeu sua participação acionária, de 75%, da companhia de petróleo “Slavneft” para acionistas dos EUA, por 1,85 bilhões de dólares. Se a venda fosse nas condições de leilão concorrente, o rendimento do Estado seria em 1,5-2 vezes maior. Em setembro de 2004, a outra transação de grandes dimensões no setor de petróleo foi mais efetiva. O último pacote estatal de ações da segunda maior companhia russa de petróleo “LUKoil” foi vendido por 1,928 bilhões de dólares para companhia americana “Conoco Phillips”.

4 PROBLEMAS E DESAFIOS DO FEDERALISMO RUSSO

Desde o colapso da União Soviética, a Rússia tem-se esforçado para construir um sistema político democrático, uma economia de mercado e uma estrutura federal eficaz para substituir os fortes controles políticos e econômicos do período comunista. A Rússia não é somente o maior país do mundo, mas também tem um dos mais complexos sistemas federativos. A federação russa compreende 89 unidades constituintes, comumente referidas como “sujeitos da federação”, divididas em seis diferentes categorias: repúblicas, territórios, regiões, áreas autônomas, regiões autônomas e cidades federais. O federalismo da Rússia combina tanto o etno federalismo quanto o federalismo territorial. A constituição atual da federação russa data de 1993, mas os arranjos (acordos) federais continuam dinâmicos. O federalismo na Rússia foi formalmente instituído pela primeira vez em 1918. O mais significativo desenvolvimento da era soviética foi a incorporação da República Socialista Federativa Soviética Russa (RSFSR) na URSS que foi oficialmente proclamada em 1922. Apesar do compromisso declarado com o federalismo socialista, a URSS foi muito mais um estado unitário, baseado no sistema de partido único, com raízes na ideologia do marxismo-leninismo, com ênfase no centralismo democrático, na economia de planejamento central e uma forte máquina de repressão estatal, principalmente a partir do Stalin. (SALIKOV, 2005, p.33)

No começo dos anos noventa, depois da dissolução da URSS, a constituição federal foi emendada para eliminar o termo “autônomo” das repúblicas, o nome “República Socialista Federativa Soviética Russa” (RSFSR) foi substituído por “Federação Russa”, e os territórios, regiões e cidades federais foram todos reconhecidos como membros da nova federação. Com tudo, sob o tratado tripartite da federação de 1992, assinado pelas autoridades federais e por todas as unidades constituintes da federação russa, exceto Tchetchênia e Tatarstan, estes novos membros não gozavam de direitos iguais daqueles das outras repúblicas. Somente com a adoção

da constituição de 1993, direitos iguais para todos os sujeitos da federação foram reconhecidos.

Todas as unidades constituintes da federação são conhecidas como entidades auto governadas, uma mudança importante em relação à era soviética na qual somente as unidades etnicamente baseadas eram reconhecidas como “sujeitos da federação”. Todas as unidades são agora livres para adotar as suas próprias constituições sem a necessidade de pedir aprovação para órgãos federais como na era soviética. Contudo, sob a cláusula da supremacia da constituição federal, a lei federal tem precedência sobre as constituições sub nacionais. (SALIKOV, 2005, p. 34)

Da mesma forma, a integridade territorial dos sujeitos da federação é garantida. Suas fronteiras não podem ser mudadas sem o consentimento deles e do conselho da federação (uma câmara do parlamento bicameral ou assembléia federal). Cada unidade constituinte é representada no conselho da federação e possui dois representantes, um do legislativo e outro do executivo. Se o governo federal desafia a sua autoridade, uma unidade constituinte pode pedir proteção da corte constitucional. Finalmente, as unidades constituintes exercitam tanto poderes exclusivos quanto poderes concorrentes. Esses poderes se estendem até mesmo em assuntos externos. Unidades constituintes podem entrar em acordos econômicos internacionais com partes constituintes de outros países e com o consentimento da federação até mesmo com nações estrangeiras.

O sistema federativo da Rússia se desenvolveu a partir de um estado unitário e ainda existem vestígios desta tradição unitária, não somente na lei, mas também na consciência popular. A tendência histórica do desenvolvimento da Rússia tem sido a passagem de um Estado hiper centralizado (Império russo e União Soviética) para uma federação descentralizada, embora a política do presidente Putin mostre sinais de uma nova tendência de centralização. Em uma década, desde a adoção da constituição da federação, a Rússia tem feito notáveis avanços na instituição da democracia federal, mas importantes desafios ainda existem.

Uma questão que permanece envolve a estrutura da federação russa, pois o delineamento dos atuais “sujeitos da federação” ocorreu recentemente, com a constituição de 1993. Há controvérsia sobre se o federalismo russo vai ser simétrico ou assimétrico, se os sujeitos da federação vão ter poderes e direitos iguais, ou se as repúblicas étnicas deveriam ter um status diferente. Existem também pressões em alguns círculos políticos para ampliar as unidades constituintes e reduzir seu número, dado que muitas unidades subdesenvolvidas da federação se apóiam pesadamente em subsídios federais. (SALIKOV, 2005, p.35)

A divisão constitucional de poder entre o governo federal e as unidades constituintes também levanta preocupações, particularmente dado a implementação de poderes concorrentes. Em teoria, o exercício desses poderes deveria envolver uma estrutura legislativa pelo governo federal acoplada com regulação mais detalhada das unidades constituintes de acordo com as condições locais. Na prática, contudo, a orientação geral das leis federais tem freqüentemente se tornado uma legislação detalhada a qual não deixa quase nenhum espaço para reguladores (legisladores) regionais.

As tentativas do governo central em harmonizar as relações federal-regionais (fortalecendo relações verticais) poderiam conduzir para um federalismo altamente centralizado, embora a resistência à centralização continua entrincheirada em certas partes da federação, tais como Bashkortostan, Sakha, Sverdlovsk e Tatarstan.

O mais difícil desafio que o sistema federal russo enfrenta é a crise na Tchetchênia - um importante conflito armado no território russo, o qual começou com a república Tchetchena proclamando sua independência, muito embora a constituição da federação não permite a secessão. Esta declaração levou a duas guerras (intervenções federais), uma de 1994 a 1996 e a outra de 1999 a 2000. Até hoje unidades voltadas para separação continuam a lutar com as forças federais e a promover ataques terroristas. Apesar das hostilidades, na primavera de 2003, cidadãos votando num referendo na Tchetchênia adotaram uma constituição republicana e leis

governando a eleição do parlamento e do presidente da Tchetchênia. Eleições parlamentares foram marcadas para primavera de 2005, e o presidente Putin expressou, na época, o desejo de assinar um tratado com os então eleitos da república Tchetchena para concertar a divisão de poderes entre o governo federal e a república Tchetchena. Apesar destes problemas, a constituição federal é muito superior do que as anteriores, e uma combinação de emendas constitucionais e interpretações da corte constitucional devem servir para aliviar as deficiências que ainda existem.

CONCLUSÕES

Neste trabalho tentamos mostrar a difícil caminhada da Rússia em direção ao capitalismo a partir da década de noventa. Pode observar-se o descompasso entre o aparentemente rápido processo de desintegração da URSS e a longa (e não trivial) construção das instituições do novo regime capitalista. Em paralelo, mostramos que, desde o início da transição, em meados dos oitenta, enfrentou-se graves problemas territoriais associados às nações que integravam a antiga URSS e, não menos importante, aos membros da nova federação e seus limites geográficos, numa dinâmica intensa de desintegração e integração de espaços. Em alguma medida, estes conflitos relativos à construção de instituições capitalistas e à definição dos limites do “novo” espaço nacional, envolviam a questão política do domínio sobre recursos naturais, poder bélico e fontes geradoras do produto. Ao mesmo tempo, a história mostrou a fronteira difusa que separa a convivência étnica do confronto aberto.

Antes de focalizar o período mais recente, buscamos reconstruir de modo muito sintético aspectos da revolução russa, da construção da URSS e do chamado federalismo socialista e, indicar elementos estruturais responsáveis pela decadência ou perda de vigor histórico do socialismo, tais como, a falta de processos virtuosos de geração e difusão de progresso técnico e burocratização desmedida do Estado aliado a formas variadas de corrupção associadas à “economia da escassez”. Alguns intelectuais de esquerda críticos do modelo socialista hiper centralizado, afirmavam no começo da década de oitenta que não há revolução que resista, depois de mais de setenta anos, a filas e escassez, em que pesem os indiscutidos avanços nas políticas sociais.

Finalmente, observou-se um acentuado processo de queda nas condições de vida da população, aguçada pela recessão, a inflação persistente e a extrema concentração da renda e da riqueza. Além disto, mostrou-se que houve um estreitamento do mercado interno e um reforço na posição de exportador de recursos

naturais ligados à energia, os quais foram em parte internacionalizados e, provavelmente, concentram os núcleos de poder mais relevantes. Em síntese, constatou-se que a construção do capitalismo envolveu elevados custos sociais sem, contudo, ter retirado o papel geopolítico crucial da Federação Russa no cenário internacional.

BIBLIOGRAFIA

A economia russa. Disponível em: < <http://www.news-of-russia.info/russia/03.htm>>
Acesso em: 05 mar. 2006.

A Formação do Estado Soviético. Disponível em:
<<http://www.aticaeducacional.com.br/htdocs/Especiais/URSS/link1.htm>> Acesso em:
23 jun. 2006.

A situação sócio-econômica da Rússia: 1993-1994. Moscou: Goskomstat URSS, 1995, 296 p. Original: Socialno-ekonomicheskoe polojenie Rossii 1993-1994.

BREDENKAMP, H. A reforma da economia soviética. In: **Finanças e Desenvolvimento.** Publicação trimestral do F.M.I. e do B.C. Rio de Janeiro: FGV, v. 11, n. 2, p. 18-21, jun. 1991.

CANO, Wilson. **Notas sobre a crise da URSS.** In: Economia e Sociedade. v. 9, n. 1, 2000. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br:8888/seer/ojs/index.php>> Acesso em: 07 maio, 2006.

CHEASTY, A. O declínio as receita fiscal nos países da ex-URSS. In: **Finanças e Desenvolvimento.** Publicação trimestral do F.M.I. e do B.C. Rio de Janeiro: FGV, v. 16, n. 2, p. 30-33, jun. 1996.

Dicionário Soviético de Economia. Tradução por: Maria Poliakova. Moscou: Enciclopédia Soviética, 1989. 1632 p. Original: Sovetskii Enciklopedicheskii Slovar.

Economia do período de transição. Tradução por: Maria Poliakova. Mscou: ИЭПФИ, 1998. p. 45-95. Original: Ekonomika perexodnogo perioda.

Economia Nacional da URSS: em 1987. Tradução por: Maria Poliakova. Moscou: Finansy i Statistika, 1989. Original: Narodnoe Xoziaistvo SSSR v 1987 g.

Economia Nacional da URSS: em 1990. Tradução por: Maria Poliakova. Moscou: Finansy i Statistika, 1992. Original: Narodnoe Xoziaistvo SSSR v 1990 g.

FERREIRA, O. S. **Perestroika: da esperança à “nova pobreza”.** São Paulo: Inconfidentes, 1990.

FRENKEL, A. A. Economia da Rússia em 1992-1997: tendências, análise, prognósticos. Tradução por: Maria Poliakova. Moscou: Finstatinform, 1997. p. 10, 127-193. Original: Ekonomica Rossii v 1992-1997, tendencii, analis, prognos.

GALBRAITH, J. K. A disparada rumo ao capitalismo. In: **Estudos Avançados.** São Paulo, v. 5, n. 13, 1991. p. 123-129.

GORENDER, Jacob. **O Fim da URSS: origens e fracasso da perestroika**. São Paulo: Atual, 1992. 100 p.

GRICO, F. de A. A Rússia e a Comunidade de Estados Independentes. In: **Carta Mensal**. Rio de Janeiro: Confederação Internacional de Comércio, v. 41, p. 23-36, n. 488, nov. 1995.

IASIN, E. G. Economia russa. Tradução por: Maria Poliakova. Moscou: GU-VSHE (ГУ-ВШЭ), 2002. Original: Rossiiskaia ekonomika.

KENNEDY, P. As críticas de Gorbachev. In: **Digesto Econômicon**. ano XLIV, n. 331, jul./ago. 1988.

KORENEV, Leonid. **Encruzilhadas da Perestroika: as alternativas da economia soviética**. São Paulo: Marco Zero, 1990. 73 p.

KOVNIR, V. N. **História da Economia da Rússia**. Tradução por: Maria Poliakova. Moscou: Logos, 2005. 469 p. Original: Istoria Ekonomiki Rossii.

ORLOV, A. S. **História da Rússia**. Tradução por: Maria Poliakova. Moscou: Prospekt, 2003. p. 520. Original: Istoria Rossii.

Perfil Econômico. Disponível em: <www.brazil.mid.ru/embrus/Economic.htm> Acesso em: 11 mar. 2006.

POMERANZ, L. A nova Rússia: resultados da transformação sistêmica. In: Seminário nº 29/2004. São Paulo: FEA-USP, 2004. p. 1-44.

POMERANZ, L. As transformações sistêmicas na Europa do Leste. In: Estudos Avançados. São Paulo. V. 10, n. 28, 1996.

POMERANZ, L. O investimento estrangeiro na URSS. **Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 69, jul./set. 1989.

PRAZERES, T. L. e SEREDA, T. S. **A Rússia e a OMC**. In.: Pontes entre o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável. v. 1, n. 4, out./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.edesp.edu.br>> Acesso em: 29, abr. 2006.

Revolução Russa. Disponível em: <<http://www.vestigios.hpg.ig.com.br/revolucaorussa.htm>> Acesso em: 05 mar. 2006.

Rússia em dados, 2001: breve anuário de estatística. Moscou: Goskomstat Rossii, 2001, 2001. Original: Rossia v cifrax, 2001: kratkii statisticheskii ejegodnik.

SAKS, J. **Economia de Mercado e Rússia**. Tradução por: Maria Poliakova. Moscou: Ekonomika, 1995. p. 280. Original: Rynochnaia ekonomica i Rossia.

SALIKOV, M. **Rússia: Federalism in Flux**. In.: Dialogues on constitutional origins,

structure, and change in federal countries. A Global Dialogue on Federalism Booklet Series. Tradução por: Maria Poliakova. Canadá: McGill-Queen's University Press, v.1, 2005.

SEGRILLO, A. **O Fim da URSS e a Nova Rússia** – de Gorbachev ao Pós-Yeltsin. Rio de Janeiro: Vozes. Coleção Século XXI, 2000. 152 p.

SPENCER, G. e CHEASTY, A. A zona do rublo: um rompimento de velhos laços. In: **Finanças e Desenvolvimento**. Publicação trimestral do F.M.I. e do B.C. Rio de Janeiro: FGV, v. 13, n. 2, p. 2-13, jun. 1993.

Transição ao Mercado: concepções e programa de 500 dias. Tradução por: Maria Poliakova. Moscou: Arxangelskoe, 1990. Original: Perexod k rynku: koncepcii i programma 500 dnei.

ZASLÁVSKAIA, T. I. Estrutura social da sociedade russa contemporânea. In: **Estudos Avançados**. São Paulo. V. 10, n. 10, set./dez. 1996.

ZASLÁVSKAIA, T. I. Rússia: o que vivenciou e o que tem pela frente? In: **Estudos Avançados**. São Paulo. V. 17, n. 49, 2003.